

RELATÓRIO FINAL I ENCONTRO ESTADUAL DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

“O Serviço Social no âmbito da política educacional:
dilemas e contribuições da profissão na
perspectiva do Projeto Ético-Político”



cress-sp conselho regional de
serviço social de
são paulo
9ª região

RELATÓRIO FINAL I ENCONTRO ESTADUAL DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

**“O Serviço Social no âmbito da política educacional:
dilemas e contribuições da profissão na
perspectiva do Projeto Ético-Político”**

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO / CRESS-SP 9ª REGIÃO:

GESTÃO 2014-2017 DAS LUTAS COLETIVAS À EMANCIPAÇÃO

Presidente: Eloisa Gabriel dos Santos
Vice-Presidente: Marcos Valdir Silva
1º Secretária: Mauricléia Soares dos Santos
2º Secretário: Vinicius Figueira Boim
1º Tesoureira: Ivani Bragato
2º Tesoureira: Andresa Lopes dos Santos

Conselho Fiscal: Leonir Viana dos Santos
Conselho Fiscal: Andréa Almeida Torres
Conselho Fiscal: Núria Pardillos Vieira

Suplente: Vanice Aparecida Alves
Suplente: Maria de Jesus de Assis Ribeiro
Suplente: Tiago Barbosa dos Santos
Suplente: Nilva Regina Galletti
Suplente: Marcelo Gallo
Suplente: Aparecida Mineiro do Nascimento Santos
Suplente: Elisabete Terezinha Silva Rosa
Suplente: Dulcinéia Pastrello

COMISSÃO ORGANIZADORA / GT SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO:

Aparecida Mineiro do Nascimento Santos
Eliana Bolorino Canteiro Martins
Greyce Kelle de Oliveira Neves
Maria de Jesus de Assis Ribeiro
Tiago Barbosa dos Santos
Vanice Aparecida Alves
Vinicius Figueira Boim

EQUIPE DE MEDIADORAS E RELATORAS:

Cirlene Aparecida Hilário Da Silva Oliveira
Jaíne Proença
Joice Souza Costa
Juliana De Carvalho Pimenta
Nanci Soares
Paula Bocaíuva Forster
Priscila Sayuri Goto
Rosilene Maria Rodrigues
Sonia Maria De Andrade Souza
Thalita Giovanna Biill

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

RS Press Editora

SUMÁRIO

1. Informações sobre o evento	07
2. Apresentação	08
3. Objetivo	14
4. Público-Alvo	14
5. Inscrição e participação	15
6. Programação	18
7. Metodologia e levantamentos de informações	20
8. Palestras centrais: Contribuições ao debate sobre Serviço Social na Educação	27
8.1. A política educacional brasileira: As contrarreformas da Estado, tendências e projetos em disputa	27
8.2. Perspectivas e desafios para efetivação do Projeto ético político do Serviço Social no âmbito da política de educação	40
8.2. Apresentação do documento “Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação” e trajetória do GT/Cfess	63
9. Oficinas temáticas: texto base para problematização e síntese dos eixos temáticos	76
▪ Eixo 1: A concepção de Educação que norteia o trabalho do Assistente Social e o Projeto Ético-Político Profissional	76
▪ Eixo 2: Atribuições e competências do Assistente Social: a intervenção profissional e a garantia de acesso e permanência da população a educação formal e as instituições educacionais	81
▪ Eixo 3: Atribuições e competências do Assistente Social: a intervenção profissional e a garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional	90

▪ Eixo 4: Atribuições e competências do Assistente Social: a intervenção profissional e a garantia da gestão democrática e participativa da população no campo da educação	98
▪ Eixo 5: Serviço Social no âmbito da política de Educação: projetos de lei, financiamento, históricos e processos de implantação	107
10. Considerações finais	118
ANEXOS	121
ANEXO I	122
ANEXO II	123
ANEXO III	124
ANEXO IV	125
ANEXO V	126

1. Informações sobre o evento

I Encontro Estadual de Serviço Social na Educação

“O Serviço Social no âmbito da política educacional:

dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político”

Data: 31 de março de 2012

Horário: 8h às 18h

Local: Hotel San Raphael – Largo do Arouche nº 150 – São Paulo – SP

Cerimonial: Claudio Bartolomeu Lopes – Cress 21.157 (Coord. Cress/SP)

Filmagem: S&C Produções

Fotografia: Tiago B. Santos; Vinicius F. Boim; Greyce Kelle de O. Neves (GT)

Arte do encontro (autoria): Maciel Luis Silva – Assistente Administrativo-Cress/SP



2. Apresentação:

A presença do Serviço Social no âmbito da Política de Educação remete as origens da profissão, porém a reflexão sobre esta temática adquire adensamento principalmente após a década de 1990 em decorrência de diversos fatores, entre eles:

- as mudanças societárias em curso nas últimas décadas visando garantir a acumulação capitalista e nesta a redefinição do papel do Estado na ótica neoliberal, seu reflexo nas políticas sociais, especificamente na política de educação, e ataque aos direitos sociais;
- as demandas postas para os Assistentes Sociais na educação possibilitando à consolidação, gradativa, deste espaço sócio-ocupacional;
- o destaque que os debates sobre a política de educação ganhou nos espaços de organização e na agenda da categoria profissional, especialmente o conjunto CFESS/CRESS, sempre atento e sensível às demandas postas para a profissão, provenientes dos diferentes momentos sócio-históricos da sociedade e em consonância com o amadurecimento teórico-metodológico e ético-político da profissão.

Desta forma, a mobilização da categoria em torno da agenda “Serviço Social na Educação” vem ganhando visibilidade deste 2001, inclusive com a criação de Grupo de Trabalho (GT Educação) – CFESS/2006, em decorrência do processo de discussão e amadureceu sobre a temática, com a realização de um levantamento nacional sobre a relação Serviço Social e Política de Educação, culminando com a elaboração do documento: Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação (elaborado com assessoria do Prof. Drº Ney Luiz Teixeira de Almeida) e por fim, sendo deliberado e aprovado especialmente no 40º Encontro Nacional CFESS/CRESS (Brasília – 2011), a realização de encontros, debates e seminários contemplando as

principais discussões sobre o referido documento, que será apresentado no 41º Encontro Nacional CFESS/ CRESS (2012) na cidade de Palmas/TO.

Considerando a referida deliberação, o CFESS, através do GT- Educação Nacional articulou os Conselhos Regionais de Serviço Social para realizar o levantamento de informações referentes: as indicações bibliográficas existentes na região sobre Serviço Social na Educação; atualização do quadro de Projetos de Leis estaduais e/ou municipais que versam sobre a inserção do Assistente Social neste espaço sócio-ocupacional; grupos de estudos e pesquisas existentes e, se possível mapear os Assistentes Sociais que atuam na educação, além da realização de encontros, seminários com o objetivo de socializar o documento acima citado propiciando um processo reflexivo resultando em um relatório com as contribuições dos participantes destes eventos.

Diante do exposto, o CRESS/SP constituiu um Grupo de Trabalho – Serviço Social na Educação com a finalidade de organizar o I Encontro Estadual do Serviço Social na Educação.

Assim, o CRESS/SP visando ampliar e aprofundar o debate acerca da contribuição do Serviço Social na política de Educação deliberou no conselho pleno pela garantia de tal atividade no calendário 2012. Esta atividade vem materializar a deliberação do 40º Encontro Nacional CFESS/CRESS (Brasília -2011) pela realização de encontros, debates e seminários contemplando as principais discussões sobre o documento de “**Subsídios para o Debate do Serviço Social na Educação**” a ser deliberado no 41º Encontro Nacional CFESS/ CRESS (2012) na cidade de Palmas/TO.

O GT Serviço Social na Educação do Cress/SP empenhou-se na construção do primeiro encontro temático nesta área, havendo uma expectativa elevada, tendo em vista a demanda reprimida entre os profissionais que atuam e/ou pesquisam este tema.

Vale destacar que o durante todo o processo de elaboração e realização do evento o GT contou com contribuições diretas dos diretores do Cress/SP responsáveis pela Comissão de Seguridade Social, Assistentes Sociais de base,

funcionários do Cress/SP e especialmente da Prof^a Dra. Dr^a Eliana Bolorino Canteiro Martins. E ainda, contamos com o apoio de profissionais, docentes e estudantes que compõem o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESS) vinculado a UNESP-Franca/SP, sendo este responsável pelo planejamento, elaboração do texto de apoio, mediação dos debates e sistemática para os eixos.

Inicialmente o GT planejou a realização do referido encontro em dois dias, sendo previsto para os dias 23 e 24/03/2012 com intuito de garantir maior aprofundamento ao tema e espaços para debate junto a categoria sobre as diversas experiências na área da educação. No entanto, o espaço reservado para a atividade (Unesp – Instituto de Artes – campus São Paulo) sinalizou imprevistos em função da agenda institucional, inviabilizando o empréstimo da estrutura física. Fato este que nos proporcionou dificuldades concretas frente ao curto período para viabilizar outro local – pouco mais de 40 dias para o prazo final estipulado pelo Cfess.

Outros locais foram consultados pela secretaria do Cress/SP para a realização do encontro, sendo ponderado locais próximos de metrô ou na região central para facilitar o acesso dos participantes oriundos de cidades do interior paulista, a saber:

- HOTEL CENTURY (estrutura insuficiente);
- INSTITUTO PADRE MAZZARELLO (valor elevado);
- INSTITUTO DOM BOSCO (cederam o auditório para 585 pessoas, mas não possuíam salas de apoio disponíveis);
- COLÉGIO SANTA INÊS (auditório em reforma e sem salas disponíveis);
- LICEU CORAÇÃO DE JESUS (valor elevado);
- UNIFAI (indisponibilidade de agenda);
- UNICSUL – Campus Pinheiros (indisponibilidade de agenda);
- UNICSUL – Campus Liberdade (estrutura insuficiente);

- COLÉGIO SANTA TEREZINHA (indisponibilidade do auditório);
- COLÉGIO MARISTA ARQUIDIOCESANO (indisponibilidade do auditório);
- COLÉGIO SANTA MARCELINA (auditório em reforma)
- FACULDADE PAULUS (valor elevado);
- FUNDAÇÃO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA – FESPSP (locações suspensas para reforma);
- FECAP
- FAPSS SCS (dificuldade no retorno da faculdade);
- UNINOVE Campus Memorial (indisponibilidade de agenda);
- Câmara Municipal de São Paulo (indisponibilidade de agenda para garantir auditório e salas);
- Sindicato dos Engenheiros (não possui salas de apoio suficientes);
- UNINOVE Campus V.Maria (dificuldade de acesso ao local);

Por fim, após consultar os espaços públicos disponíveis, universidades públicas e privadas, dentre outros locais, conseguimos a locação de auditório e salas de apoio no Hotel San Raphael no centro de São Paulo/SP.

Foi garantida a gratuidade do evento e contamos com a participação militante, na qualidade de palestrante, da **Prof^a Dra. Eliana Canteiro** (Docente do Depto. de Serviço Social – UNESP/Franca/SP; Coordenadora do GEPESS – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (UNESP – Franca/SP), especialista na temática Serviço Social na Educação e ex-diretora do Cress/SP), do **Prof. José Luiz Sanfelice** (Livre-docente, Titular em História da Educação, na Faculdade de Educação da UNICAMP/SP) e **Carlos Felipe Nunes Moreira** (conselheiro do CRESS-RJ e representante da região sudeste no GT Nacional de Serviço Social na Educação do Conjunto CFESS/CRESS).

As palestras, oficinas temáticas e relatoria foram desenvolvidas e coordenadas por profissionais e estudantes especialistas na área com notório

conhecimento e compromisso na luta pela educação de qualidade, visando o aprofundamento do debate, sensibilização e estratégias para ampliação e consolidação do Serviço Social na Educação.

Na qualidade de mediadoras e relatoras, contamos com a contribuição militante das seguintes profissionais e estudantes:

Mediadora da oficina: **Prof^a Dr^a CIRLENE APARECIDA HILÁRIO DA SILVA OLIVEIRA** - Relatoria: Dra. NANJI SOARES - assistente social, mestre e doutorado em Serviço Social pela UNESP. Docente da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, Departamento de Serviço Social, responsável pelo Projeto de Extensão Universitária Universidade Aberta a Terceira Idade – UNATI, Autora do livro: As relações mãe-creche-criança: vínculos afetivos. Participa como líder do Grupo de Estudo e Pesquisa: envelhecimento, políticas públicas e sociedade e membro dos Grupos de Estudo e Pesquisa: Formação profissional em Serviço Social (GEFORMSS), GEPSSE, PRAPES.

Mediadora da oficina: **Prof^a JULIANA DE CARVALHO PIMENTA** - Doutoranda pela Pós-Graduação em Serviço Social Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP - Franca; Docente do Curso de serviço social do Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos e assistente social do Instituto Federal de Educação de São Paulo - campus Barretos.

Relatoria: JAÍNE PROENÇA – estudante de Serviço Social e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação – GEPESSE.

Mediadora da oficina: **PRISCILA SAYURI GOTO** - Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”-Faculdade de Ciências Humanas e

Sociais - UNESP, Câmpus de Franca-SP. Bacharel em Serviço Social pela UNESP/Franca (2010). Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre o Serviço Social na Educação (GEPESSE) e integrante do grupo de pesquisa: Políticas públicas e democratização do ensino no Brasil: a implantação das propostas educacionais: mudanças e permanências.

Relatoria: **SONIA MARIA DE ANDRADE SOUZA** – Assistente Social, Graduada na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP, Câmpus de Franca-SP. Atua na Secretaria Municipal de Franca desde 1996. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na Educação – GEPESSE.

Mediadora da oficina: **THALITA GIOVANNA BÜLL** - Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontífice Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP; Assistente Social em licença sem remuneração da Secretaria Municipal da Educação de Limeira; Docente do curso de Serviço Social do Centro Universitário Ítalo Brasileiro.

Relatoria: **JOICE SOUZA COSTA** - estudante de Serviço Social e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação – GEPESSE.

Mediadora da oficina: **PAULA BOCAIUVA FORSTER** – Assistente Social, Graduada pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas (1994). Coordenadora do Setor de Serviço Social Escolar da Secretaria Municipal da Educação – Limeira/SP desde 1999. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão da Qualidade em Educação. É Especialista em Gestão de Recursos Humanos, pelo INPG - ISCA Faculdades.

Relatoria: **ROSILENE MARIA RODRIGUES** - estudante de Serviço Social e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação – GEPESSE.

Por fim, após este extenso processo de construção coletiva, o GT Serviço Social na Educação – Cress/SP pretende produzir um material com o conteúdo do encontro visando atingir o maior número de profissionais, estudantes e interessados na temática, bem como disponibilizar para a categoria a filmagem do evento. Vale ressaltar que os textos produzidos de apoio ao evento são de autoria dos palestrantes, mediadores e relatores, sendo autorizado previamente para tal divulgação via Cress/SP.

3. Objetivo:

- Fomentar a discussão referente ao Serviço Social no âmbito da Política de Educação contribuindo com o Documento elaborado pelo CFESS/GT Educação (Subsídios para o debate: Serviço Social na Educação) que norteará o I Encontro Nacional sobre Serviço Social na área da Educação.
- Sistematizar informações referentes à produção científica, grupos de estudos e pesquisas, pesquisadores e Assistentes Sociais que discutem e/ou atuam na área da educação no Estado de São Paulo.

4. Público-Alvo:

- Representação das seccionais - CRESS/SP
- Representação das entidades da categoria: ABEPSS (Estado de São Paulo), CFESS (GT Nacional Serviço Social na Educação) e ENESSO (Nacional);
- Assistente Social que atua na área da educação;

- Assistente Social que atua outras áreas;
- Representante de grupo de pesquisa e/ou universidades;
- Estudante de graduação/Serviço Social – 10% das vagas;
- Autoridades, entidades, organizações ou movimentos sociais;
- Convidados;

5. Inscrição e participação:

As inscrições foram realizadas via email institucional do Cress-SP: sseducao@cress-sp.org.br. Todos os participantes, inclusive as autoridades, entidades, organizações ou movimento sociais realizaram inscrição mediante o preenchimento e envio de formulário próprio (anexo I).

- Período de inscrição: de 07/03/2012 a 16/03/2012;
- Total de inscrições recebidas: 760 email solicitando inscrições;
- Total de inscrições validas (contendo os dados básicos): 665

Devido o elevado número de interessados no encontro, bem como a capacidade limite do auditório reservado para o evento foram observados critérios para garantia de paridade e representatividade, sendo:

1) 1- ordem de inscrição; 2- categoria de inscrição; 3- representatividade e proporcionalidade por município; 4- prioridade para os profissionais que atuam na área da educação (tendo em vista o objetivo do encontro e a necessidade de apresentar contribuições ao documento de subsidio e mapear a atuação no Estado de São Paulo).

2) No caso dos Estudantes de graduação, foram observadas a representatividade e proporcionalidade por unidade de ensino.

Assim, destacamos as seguintes informações que indicam a qualificação dos participantes que tiveram suas inscrições aceitas e que estiveram presentes no I Encontro Estadual de Serviço Social na Educação:

- Inscrições aceitas e participações confirmadas: 263 pessoas;
- Lista de espera: 90 pessoas;
- Convidados: 19 pessoas;
- Inscrições não aceitas: 293 pessoas;
- Total de participantes presentes no evento: 209 pessoas.

TABELA 1: RELAÇÃO DE INSCRITOS AUSENTES NO EVENTO

CATEGORIA DE INSCRIÇÃO	NÚMERO
AS EDUCAÇÃO	26
AS OUTRAS: ASSISTENCIA SOCIAL/ CRIANÇA E ADOLESCENTE	5
AS OUTRAS: SAUDE	1
AS OUTRAS: SOCIOJURIDICO	2
AS OUTRAS: TRABALHO	1
AUTORIDADE/MOVIMENTOS SOCIAIS/ ENTIDADES	4
CONVIDADO	7
DIREÇÃO Estadual	1
ESTUDANTE	7
REPRESENTANTE DE GRUPO DE PESQUISA	2
SFP	1
TOTAL	57

TABELA 2: RELAÇÃO DE INSCRITOS PRESENTES NO EVENTO

CATEGORIA DE INSCRIÇÃO	NÚMERO
AS EDUCAÇÃO	96
AS OUTRAS:	5
AS OUTRAS: ASSISTENCIA SOCIAL/ CRIANÇA E ADOLESCENTE	6
AS OUTRAS: ESPORTE	3
AS OUTRAS: PREVIDENCIA	1
AS OUTRAS: SAUDE	4
AS OUTRAS: SINDICATO	1
AS OUTRAS: SOCIOJURIDICO	1
AS OUTRAS: TRABALHO	1
AUTORIDADE/MOVIMENTOS SOCIAIS/ENTIDADES	3
BASE Seccional	10
COMISSÃO	6
CONVIDADO	11
COORDENADOR	1
DIREÇÃO Seccional	11
DIRECAO CRESS SP	3
DIVERSAS	1
ESTUDANTES	18
MESA ABERTURA – ABEPSS	1
MESA ABERTURA ENESSO	1
MEDIADORAS	5
PALESTRANTES	3
RELATORAS	5
REPRESENTANTE DE GRUPO DE PESQUISA	7
SFP	5
TOTAL	209

6. Programação:

8:00 – Café

8:30 – Abertura oficial do encontro:

- Coordenação da mesa: Tiago Barbosa dos Santos (Direção do Cress/SP e representante da Comissão Organizadora);
- Cress/SP: Eloisa Gabriel – Presidente do Cress/SP;
- ABEPSS: Francisca Rodrigues de Oliveira Pini;
- ENESSO: Josuel Rodrigues de Lima;
- GT/Cfess: Carlos Felipe Moreira – Cress/RJ;

9:00 – Palestra: A política educacional brasileira: As contrarreformas do Estado, tendências e projetos em disputa.

- Coordenador da mesa: Vanice Aparecida Alves.
- Palestrante: José Luiz Sanfelice - Prof. Livre-docente, Titular em História da Educação, na Faculdade de Educação da UNICAMP.

10:00 – Debate

10:30 – Palestra: Perspectivas e desafios para efetivação do Projeto ético político do Serviço Social no âmbito da política de Educação

- Coordenador da mesa: Aparecida Mineiro do Nascimento Santos
- Palestrante: Prof^a Dra. Eliana Bolorino Canteiro Martins – Docente do Depto. de Serviço Social – UNESP/Franca/SP; Coordenadora do GEPESSE – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação – UNESP/Campus de Franca/SP, especialista na temática Serviço Social na Educação.

11:30 – Debate

12:00 – Almoço

13:30 – Apresentação do documento “Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação” e trajetória do GT/Cfess.

- Coordenador da mesa: Greyce Kelle de Oliveira Neves
- Palestrante: Carlos Felipe Moreira - conselheiro do CRESS-RJ e representante da região sudeste no GT Nacional de Serviço Social na Educação do Conjunto CFESS/CRESS.

14:00 – Oficinas simultâneas:

- Eixo 1: A concepção de Educação que norteia o trabalho do Assistente Social e o Projeto Ético-Político Profissional

Mediadora da oficina: **Prof^a Dr^a CIRLENE APARECIDA HILÁRIO DA SILVA** Relatoria: **Dra. NANCI SOARES**

- Eixo2: Atribuições e competências do Assistente Social: a intervenção profissional e a garantia de acesso e permanência da população a educação formal e as instituições educacionais

Mediadora da oficina: **Prof^a JULIANA DE CARVALHO PIMENTA**
Relatoria: **JAÍNE PROENÇA**

- Eixo3: Atribuições e competências do Assistente Social: a intervenção profissional e a garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional

Mediadora da oficina: **PRISCILA SAYURI GOTO**
Relatoria: **SONIA MARIA DE ANDRADE SOUZA**

- Eixo4: Atribuições e competências do Assistente Social: a intervenção profissional e a garantia da gestão democrática e participativa da

população no campo da educação

Mediadora da oficina: **THALITA GIOVANNA BÜLL**

Relatoria: **JOICE SOUZA COSTA**

- Eixo5: Serviço Social no âmbito da política de Educação: projetos de lei, , financiamento, históricos e processos de implantação

Mediadora da oficina: **PAULA BOCAIUVA FORSTER**

Relatoria: **ROSILENE MARIA RODRIGUES**

15:45 – Intervalo

16:00 – Plenária Final – apresentação síntese das oficinas temáticas

- Eliana Canteiro – GT/Cress-SP
- Tiago Barbosa dos Santos – Cress-SP
- Carlos Felipe - GT/Cfess

17:00 – Diálogo e discussão sobre a sistematização das oficinas

18:00 – Encerramento

7. Metodologia e levantamentos de informações

O GT Serviço Social na Educação elaborou a programação do evento enfatizando a necessidade de articular o debate sobre a inserção do Serviço Social neste espaço socio-ocupacional no contexto da política educacional brasileira. Nesta linha, optamos por convidar um educador de renomado conhecimento na área para uma aproximação inicial entre as áreas do saber.

Optamos por acrescentar um eixo temático “Eixo 5: Serviço Social no âmbito da política de Educação: projetos de lei, financiamento, históricos

e processos de implantação” com indicativo de garantir representatividade de cada município ou entidade presente no encontro, visando socializar as experiências sobre a implantação do Serviço Social na política de Educação.

Ou seja, justifica-se este eixo considerando que a inserção dos Assistentes Sociais na política de educação ocorre em sua grande maioria na instância municipal. Portanto, debater as diversas experiências se apresenta como central no processo de socialização das vivências e lutas pela implantação do Serviço Social na Educação e socialização das formas jurídico-administrativas desta inserção.

Avaliamos que a opção por uma metodologia dialógica e horizontal, propiciou um amplo processo participativo da categoria. Em cada eixo temático foi privilegiado o debate, discussões e experiências dos Assistentes Sociais, resultando em uma produção coletiva e sistematizada ao final do encontro. Esta metodologia privilegiou a contribuição direcionada para as temáticas (eixos), por meio de profissionais especialistas e que possuem acúmulo significativo na temática, bem como relatoras específicas para cada eixo, visando a qualificação da sistematização.

TABELA 3 – PROPOSTA METODOLOGICA DAS OFICINAS TEMÁTICAS

ETAPAS	TEMPO	RESPONSÁVEL
Abertura da Oficina Apresentação da Metodologia das Oficinas Eleição do Coordenado (apresentação na plenária)	10 MINUTOS	Mediador
Apresentação objetiva dos participantes (Nome/cidade/área atuação)	10 MINUTOS	Mediador
Apresentação do texto provocativo – mobilizar o debate	20 MINUTOS	Mediador
Reflexão sobre a temática abordada possibilitando a participação de todos	30 MINUTOS	Mediador
Construção de sugestões de propostas e encaminhamentos sobre o tema abordado	15 MINUTOS	Mediador
Síntese final pactuada pelos participantes – será apresentada na Plenária	5 MINUTOS	Relator

Revisão das anotações do Relator da Oficina Documento que será encaminhado a Comissão Organizadora do evento	10 MINUTOS	Relator
Avaliação objetiva da Oficina	5 MINUTOS	Mediador
TEMPO ESTIMADO	1 HORA E 45 MINUTOS	

Vale destacar que o processo de organização do evento foi antecedido de consultas e levantamentos prévios junto às câmaras municipais objetivando atualizar o mapa sobre a atuação dos/as Assistentes Sociais na Educação, identificar possíveis iniciativas, projetos de leis e as experiências em vigor. Para garantir tal procedimento, o GT elaborou modelo de ofício e solicitou as 11 seccionais para encaminhar a consulta (conferir anexo II - OF. CIRC. Nº 006/2012). Sendo a sede do Cress/SP, responsável pelo acompanhamento dos 33 municípios da região metropolitana, foi enviado ofício diretamente as referidas câmaras legislativas (conferir anexo III - OF. CIRC. Nº 004/2012).

Informamos ainda que o setor de Biblioteca¹ do Cress/SP realizou levantamento sobre o projetos de leis que versam com a inserção do Serviço Social na Educação em andamento até Janeiro de 2012, a saber:

TABELA 4 – LEVANTAMENTO DE PLs REALIZADOS PELO SETOR DE BIBLIOTECA DO CRESS/SP		
Município de São Paulo	Estado de São Paulo	Federal
PL 01-462/2008 PL 418/07)	PL 441/07 PL 442/07 PL 211/06 PL 590/05	PL 3145/08 PEC 13/07 PL 4738/04 PL 3154/04 PL 1674/03 PL 1297/03 PL 1031/03 PL 837/03 PL 3688/00

¹Pesquisa realizada pela Bibliotecária Carmem F. P. Teixeira – Biblioteca Elma da Costa Ribeiro (Cress/SP).

Destacamos que tal consulta se estendeu as UFAS (conferir anexo IV - OF. CIRC. N° 005/2012) no Estado de São Paulo visando obter informações sobre a existência de grupos de pesquisas e produções referente ao tema (Trabalho de Conclusão de Curso, iniciações científica, monografias, artigos, mestrados e doutorados). No entanto, recebemos poucos retornos, tanto das câmaras² municipais, quanto das UFAS³. Fato que nos chamou à atenção, pois durante o processo de inscrição diversos estudantes manifestaram autorias de projetos de TCC em andamento ou, até mesmo, recém formados com produção científica sobre o tema.

Frente ao baixo retorno das câmaras municipais, julgamos pertinente sinalizar que durante o processo de inscrição identificamos diversos Assistentes Sociais com atuação no âmbito das políticas municipais de educação, além de ONG, colégios privados, projetos, dentre outros⁴.

Soma-se a estes resultados e indicativos, a pesquisa da Prof^a Eliana Canteiro se mostra atual e relevante para pensarmos o Estado de São Paulo no que tange a atuação do Serviço Social no âmbito da política de Educação. Para isso, colocaremos na integra algumas referencias, a saber:

TABELA 7⁵ - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Década	Municípios	Número Total	Porcentual
1980	▪ Botucatu; Assis; Jacareí; Franca; Mauá.	5	17,86%

Continua

² Conferir anexo IV: Quadro de legislações Estadual e municipais sobre o Serviço Social na Educação - CRESS 9ª região - São Paulo.

³ Apenas seis UFAS responderam a solicitação: 1) ISCA-Limeira/SP: não há núcleos de pesquisa ou produções. Refere apenas a existência de disciplina Política Social: educação; 2) UNINOVE-Campus Vila Maria: não há núcleos de pesquisa ou produções; 3) Universidade São Francisco: não há núcleos de pesquisa ou produções; 4) UNAERP-campus Guarujá: não há núcleos de pesquisa ou produções; 5) UNAERP - Campus Ribeirão Preto: não há núcleos de pesquisa ou produções; 6) Centro Universitário Barão de Mauá - campus Ribeirão Preto: não há núcleos de pesquisa. Sinaliza apenas um Trabalho de Conclusão de Curso, sendo: MIRANDA, Geize. O papel dos pais/responsáveis no processo educacional dos filhos adolescentes de 12 a 15 anos.

⁴ Conferir anexo IV: Quadro com lista de presença e local de atuação - CRESS 9ª região - São Paulo.

⁵ CANTEIRO, Eliana. Educação e Serviço Social: elo para construção da cidadania. Tese de Doutorado - PUC/SP, 2007.

Continuação

1990	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Santo André; Borebi; São José dos Campos; Santa Bárbara do Oeste; Batatais; Limeira; Presidente Prudente; Vargem Grande Paulista; Garça; Tupã; Cosmópolis; Embu; Barão de Antonina. 	13	46,43%
Anos 2000	Ipiguá; Itu; Leme; Lorena; Santa Rita do Passa Quatro; Dracena; São Bernardo do Campo; Hortolândia; São Carlos; Laranjal Paulista.	10	35,71%

TABELA 8⁶ - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR NÍVEL DE ENSINO

Nível de Ensino	Municípios	Número Total	Porcentual
Educação infantil	Borebi; Santo André; São José dos Campos; Ipiguá; Itu; Batatais.	6	21,43%
Educação infantil e ensino fundamental	Presidente Prudente; Limeira; Santa Rita do Passa Quatro; Jacaré; Laranjal Paulista; Franca; São Bernardo do Campo; Vargem Grande Paulista; Santa Bárbara do Oeste; Tupã; Leme; Garça; Cosmópolis; Dracena; Botucatu; São Carlos; Assis; Lorena; Barão de Antonina.	19	67,86%
Educação especial	Mauá; Embu; Hortolândia	3	10,71%

⁶ CANTEIRO, Eliana. Educação e Serviço Social: elo para construção da cidadania. Tese de Doutorado - PUC/SP, 2007.

Este levantamento é parte da pesquisa realizada pela Prof^a Dra. Eliana Canteiro que contribui para compreensão do complexo processo de implantação do Serviço Social na política de educação nos diversos municípios no Estado de São Paulo.

Por outro lado, ressalta-se algumas questões: a inserção de assistentes sociais na política de educação não necessariamente se realiza por meio de iniciativas legislativas. Consta diversas experiências nos município no qual a inserção dos Assistentes Sociais aconteceram por iniciativa do executivo. Assim, para visualizarmos melhor a distribuição de assistentes sociais que atuam na Educação, apresentamos a seguir o mapeamento de profissionais realizado pela Prof^a Dra. Eliana Canteiro, bem como as respostas encaminhadas pelas câmaras municipal ao Cress/SP:

TABELA 9 - RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS PESQUISADOS COM ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO ⁷

1 - ALTAIR

2 - ASSIS

3 - BARÃO DE ANTONINA

4 - BATATAIS

5 - BOREBI

6 - BOTUCATU

7 - CORUMBATAÍ

8 - COSMÓPOLIS

9 - DRACENA

10 - EMBU

11 - FRANCA

12 - GARÇA

13 - HORTOLÂNDIA

Continua

⁷ Os municípios destacados foram declarados pelos Assistentes Sociais que realizaram inscrições para o I Encontro Estadual de Serviço Social na Educação. Vale dizer, ainda, que durante este processo foram declarados diversos locais de atuação para além das administrações municipais, tais como: Creches conveniadas; Institutos e Universidades Federais e Estaduais (UNIFESP e USP); rede de colégios particulares (Maristas, Passionistas, Franciscanos, Salesianos e Missionários); Universidades Privadas (PUC, UNITALO e PAULUS), cursinhos populares, ONGs, Sistema "S" - SENAC e SENAI, APAEs e associações da pessoa com deficiência, Associação de Cristã de Moços-ACM, Organizações Sociais e Associações culturais.

Continuação

14 - IPIGUA

15 - ITATIBA

16 - ITÚ

17 - JACAREÍ

18 - LARANJAL PAULISTA

19 - LEME

20 - LIMEIRA

21 - LORENA

22 - MATÃO

23 - MAUÁ

24 - OSASCO

25 - PARAIBUNA

26 - PRESIDENTE PRUDENTE

27- RIBEIRA

28 - SALTO

29 - SANTA BÁRBARA DO OESTE

30 - SANTA RITA DO PASSA QUATRO

31 - SANTO ANDRÉ

32 - SÃO BERNARDO DO CAMPO

33 - SÃO CARLOS

34 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

35 - SERRANA

36 - TUPÃ

37 - VARGEM GRANDE PAULISTA

38 - RIBEIRÃO PRETO

39 - BARUERI

40 - LINS

41 - SÃO CARLOS

42 - TATUI

43 - CAMPINAS*

44 - CESARIO LANGE*

45 - MOGI-GUAÇU*

46 - SANTANA DO PARNAIBA*

47 - SÃO VICENTE*

48 - SOROCABA*

49 - TABOÃO DA SERRA*

8. Palestras centrais:

Contribuições ao debate obre Serviço Social na Educação

8.1 A política educacional brasileira:

As contrarreformas da Estado, tendências e projetos em disputa

José Luís Sanfelice⁸

Quero iniciar minha comunicação manifestando que tive a oportunidade prévia de ler o documento “Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação” do Conselho Federal de Serviço Social – GT de Educação, de junho de 2011. O documento, bastante sugestivo, me serviu de orientação, uma vez que mesmo tendo feito algumas interlocuções com a área profissional dos srs(as), a ela não pertencço.

Desde a leitura do documento me indaguei sobre o motivo do convite dirigido, não necessariamente a minha pessoa, mas a um trabalhador da educação. Buscando uma explicação minimamente convincente, me detive de modo mais atento na questão de número seis do Roteiro que o GT se utilizou para consultar assistentes sociais antes da elaboração do documento supracitado, ou seja: “Qual a leitura que os/as demais profissionais de educação têm do Serviço Social nesta área?”

As respostas arroladas, conforme o registro feito, foram diversas, mas com destaque para a identificação do Assistente Social como o profissional responsável pela(s): *“questões sociais” que atravessam o cotidiano escolar, relação com a família, articulação com as demais políticas, viabilização do acesso aos serviços sociais e ações vinculadas à política de assistência social* (p. 46).

⁸ Professor Titular da UNICAMP-FE-DEFHE. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” - HISTEDBR. e-mail: sanfelice00@yahoo.com.br

Outra maneira de se olhar o Assistente Social na educação foi expressa de forma genérica uma vez que “os professores(as) percebem que o/a assistente social é um/a profissional importante na dinâmica escolar, mas sem a indicação precisa de qual contribuição efetiva particularizaria esta ‘importância’” (p. 46).

E, finalmente, um terceiro grupo de questionários enfatizou “que o/a assistente social é visto/a com reservas pelos/as professores/as, em função de sua postura ‘mais crítica’. São também recorrentes as referências à expectativa dos/as demais profissionais de que o/a assistente social atue em processos de ‘controle e regulação de condutas’ dos pais e alunos/as ou de que eles/as são aqueles/as que desenvolvem ações ‘assistencialistas’” (p. 46).

O comentário do GT é de que “a visualização da profissão na área da educação é de fato um dos grandes desafios postos aos/as assistentes sociais” e a resposta não poderá ser dada de fora para dentro, pois “ela também estará politicamente relacionada às contribuições, às proposições e aos resultados decorrentes de uma ação profissional concreta na dinâmica da própria política educacional e de seus estabelecimentos” (p. 47).

Mesmo concordando com o comentário do GT, me questionei sobre a caracterização dos três grupos de respostas não quanto ao seu conteúdo, mas sim se elas se aplicam aos professores/as das escolas. As respostas resultam de perguntas que foram dirigidas aos/as assistentes sociais e não aos trabalhadores da educação. Então, tenho ali uma manifestação de como os/as assistentes sociais se percebem vistos, quando atuam no campo da educação.

Teria eu descoberto a razão pela qual um trabalhador da educação foi convidado a este evento? Seria algo como: vamos verificar o que um trabalhador da educação pensa sobre o serviço social partilhar o mesmo campo da sua atuação?

Bem, não tenho nenhuma procuração para representar o que pensam os professores sobre os assistentes sociais e também não conheço trabalhos acadêmicos de tal conteúdo. Confesso que conversando informalmente com um colega, quando me referi às sugestões de Projetos de Lei que visam a

inserção de profissionais da área de serviço social nas escolas públicas municipais de educação básica, ele logo exclamou: mas os psicólogos querem a mesma coisa! De fato, o documento aqui analisado revela bem o anseio comum dos assistentes sociais e psicólogos.

Um pouco frustrado com minhas ponderações iniciais e, talvez, simplistas, resolvi abandonar a hipótese de que o delineamento do perfil do Serviço Social nas últimas décadas, em novas bases teórico-metodológicas, tenha levado os assistentes sociais somente a buscarem uma ampliação do seu mercado de trabalho.

Uma luta que poderia ser legítima, mas não pertinente ao olhar de outros profissionais. Na lógica do modo-de-produção capitalista, enquanto trabalhadores tiverem por concorrentes e adversários outros trabalhadores, menos se unirão na luta contra os interesses do capital. Não me parece ser o caso. O Serviço Social de hoje tem claros compromissos morais

com a classe trabalhadora e desenvolve acentuada crítica às “mazelas” estruturais e conjunturais do capitalismo globalizado.

Buscando superar minhas ponderações iniciais simplistas, passei a privilegiar uma idéia contida no documento referido acima e que transformei num mote para a reflexão que agora sugiro.

O mote foi livremente adaptado, mas extraído do primeiro parágrafo da apresentação do documento: o que o Serviço Social propõe é o fortalecimento das lutas sociais em defesa de uma educação emancipadora, fruto de uma política pública. Os assistentes sociais buscam o locus de sua atuação nessa política pública.

Posto o mote, vamos a alguns desdobramentos possíveis.

I

Embora ao final do documento se apresente a sugestão de um Projeto de Lei para a inserção de profissionais do Serviço Social nas escolas públicas

municipais de educação básica, é preciso lembrar que o conceito de educação não se prende, e não se reduz, à educação escolarizada, ou da escola. É preciso considerar ainda que muitas outras instituições existentes também se prestam à ações educativas, por exemplo: a família, as igrejas, tudo o que compõe a mídia, os clubes, os partidos políticos, as cadeias e tantas outras. As diferentes instituições educativas nas suas singularidades, e de modo mais ou menos somatório, atuam, apesar das possíveis contradições, para reproduzir o status quo. Portanto, o conceito de educação emancipadora necessita ser introjetado na mesma extensão, ou seja, para todo o universo das instituições que exercem ações educativas. Quicá para além disso e na contramão da reprodução do status quo.

Ouso formular quatro questões como sugestão para reflexões futuras: a) é a atual mudança social que está determinando a proposta legislativa do Serviço Social na educação? b) a mudança na legislação será eficaz para provocar alterações qualitativas na educação da atual sociedade? c) a mudança sócio-econômica e educacional não ocorrem independentemente da mudança da lei? d) não inovar a legislação significaria a manutenção social e a manutenção da lei? (Cury, 2011, p. 344).

II

Penso que Mészáros (2005) nos dá alguns pontos de referência para evitarmos certos limites conceituais e que precisam estar presentes quando nos deparamos com os desafios acima indicados. Primeiro ele recorre ao grande pensador do século XVI, Paracelso, que afirmou: “A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender”. A vida de cada um e de todos, em suas múltiplas relações, é o grande cenário da educação/aprendizagem. Em segundo lugar Mészáros (2005) apresenta José Martí corroborando o pensamento de Paracelso: “A educação começa com a vida, e não acaba senão com a morte”. Martí critica as reformas formais, por exemplo, legais e apregoa

a necessidade de que elas sejam essenciais. E entende que “A liberdade política não estará assegurada enquanto não se assegurar a liberdade espiritual ... A escola e a casa (família) são os dois formidáveis cárceres do homem”.

A terceira menção de Mészáros é a Marx e a um texto extraído das Teses sobre Feuerbach, onde se coloca que para a teoria materialista na qual “os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado”. Era uma crítica à postura dos socialistas utópicos, posição que se buscava superar com a seguinte afirmação: “A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora”.

Então quero acreditar que se o Serviço Social vem reformulando sua concepção intrínseca e sua relação com a sociedade, em especial nas últimas décadas, que tais mudanças são produto das circunstâncias e da educação. Por sua vez, os agentes do Serviço Social, os assistentes sociais, são os sujeitos que atuaram e atuam na modificação das referidas circunstâncias exercendo uma prática transformadora. O desafio maior, agora, seria o fortalecimento das lutas sociais em defesa de uma educação emancipadora.

III

No documento em referência há um item que recebeu por título “Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos assistentes sociais”, uma versão resumida e modificada de parte da tese de doutoramento de Ney Luiz Teixeira de Almeida. Ali se encontra uma sugestiva análise da conjuntura mundial e local nas últimas décadas. O processo de globalização, o neoliberalismo como ideologia e o papel das agências multilaterais na educação são aspectos bem sinalizados. Não caberia, portanto, reiterar o já dito.

Mas, se os assistentes sociais se propõem a fortalecer as lutas sociais em defesa de uma educação emancipadora é fundamental considerar a conjuntura na qual se vive tal desafio.

O cenário geral é constituído pelo capitalismo globalizado. Claro que a globalização, como um processo econômico, cultural, político, tecnológico, educacional e tantas outras coisas, demonstrou as possibilidades de avanços do capitalismo e que ainda não se esgotaram as suas possibilidades históricas. A globalização afeta a todos de forma desigual. Mas a essência do modo-de-produção capitalista permanece a mesma: o capital se apropria da produção que o trabalho alienado lhe proporciona. A exploração intrínseca da relação capital x trabalho não foi suprimida e, de fato, se agudiza. Veja-se, como exemplo, a questão mundial do desemprego estrutural e as perdas das conquistas sociais do Estado de bem-estar.

Uma busca de fortalecimento das lutas sociais necessita focar a essência da contradição acima apontada. As classes sociais podem ter se esmaecido, mas não deixaram de existir.

Quanto ao neoliberalismo como ideologia, ele nada mais é do que o liberalismo clássico travestido de néo. Ele é ainda, como sempre foi, o culto ao individualismo, o energizante da competição, a deificação do mercado e a sacramentoção da propriedade privada e do consumismo. Se a globalização tem sua base material no econômico, sua ideologia avassaladora é o neoliberalismo que em muitas situações culturais e educacionais se oculta no dito pós-moderno.

Permito-me, uma citação:

A cumplicidade da pós-modernidade com a lógica de mercado e do espetáculo é inequívoca. Mas a sua simples condenação é inútil. A questão não é ética, mas de juízos complexos e ambivalentes de uma perspectiva mais propriamente política e dialética. Uma crítica autêntica da pós-modernidade não

pode ser uma recusa ideológica da mesma. Ao contrário, a tarefa dialética seria abrir caminho por meio dela, de forma tão completa que nosso entendimento da época emergisse transformado. Uma compreensão totalizante do novo capitalismo ilimitado – teoria adequada à escala global de suas conexões e disjunções – continua sendo o irrenunciável projeto marxista (Anderson, 1999, p. 45).

O neoliberalismo e sua cúmplice, a pós-modernidade, se traduzem nas reformas educacionais induzidas pelas Agências aos estados nacionais, nas propostas curriculares, nos eixos transversais, nos livros didáticos, como a nova pedagogia da hegemonia, como estratégia do capital para educar o consenso. Individualismo, subjetivismo, competição, religiões, empreendedorismo e literatura de auto-ajuda estão em alta.

Vejamos:

... a pedagogia da hegemonia se desenvolve no sentido de ampliar os direitos sociais por trabalho, moradia, alimentação, saúde, educação, transportes das massas trabalhadoras, com políticas sociais diretamente executadas pelo aparato governamental, tendo por intuito obter o decisivo consenso da maioria da população ao projeto burguês de sociabilidade e aumentar, concomitantemente, a produtividade da força de trabalho. Tais políticas governamentais constituíram-se, ainda, em importante veículo de redefinição dos graus ou momentos da correlação das forças políticas nas formações sociais contemporâneas, no sentido de impedir que a classe trabalhadora ultrapasse o nível econômico-corporativo de organização das suas lutas sociais (Neves, 2005, p. 32).

São as inclusões excludentes!

O fortalecimento das lutas sociais exige gestar uma pedagogia da contra hegemonia como algo muito além da escola.

Resta ainda, no presente tópico, uma consideração sobre o Estado educador. Nunca é demais lembrar que, na ordem burguesa, público e estatal não são a mesma coisa. Tomados muitas vezes como sinônimos, os conceitos de público e estatal levam a imprecisões graves. O pensamento marxista clássico concebeu o Estado burguês, mais do que outras instituições, como o assegurador da dominação e exploração de classes. E, para além de uma concepção economicista do Estado, ele passou também a ser dimensionado em sua autonomia relativa, um espaço de contradições intestinas e em relação à sociedade como um todo. Entretanto, em razão ou em decorrência da sua consubstancialidade burguesa, o Estado e o estatal, repito, não são sinônimos de público. Muito pelo contrário. Atente-se, por exemplo, para a sua enérgica atuação repressora na defesa da propriedade privada dos meios de produção e do capital. No nosso cotidiano o episódio que ficou conhecido por Pinheirinho, recentemente, é esclarecedor. Não menos ilustrativas são as ações direcionadas contra o MST e os seus líderes já ao longo de muitos anos.

Eu já propus, em diferentes situações e escritos, que não se identifique a escola estatal, a educação oferecida pelo Estado, como sendo a escola pública ou a educação para o interesse público. A escola estatal é, sim, a forma pela qual o Estado, hoje alicerçado na nova pedagogia da hegemonia, educa o público para o consenso. O conceito de público, em uma sociedade de antagonismos de classes, adquire uma conotação ideológica, pois escamoteia a existência de vários públicos ou classes (Sanfelice, 2005, a e b).

Marx (1975) foi esclarecedor em sua crítica ao Programa de Gotha quando comentou o tópico em que o Partido Operário Alemão exigia educação popular geral e igual sob o comando do Estado, com assistência a todos, obrigatória e gratuita. A sua indagação se voltava para a (im)

possibilidade de uma educação igual para todos em uma sociedade de classes. Se deseja que as classes privilegiadas se contentem com a modesta educação da escola pública? A escola pública é compatível com a classe operária e camponesa.

A gratuidade, quando dela se beneficiam as classes altas, elas estão se beneficiando do fundo de impostos gerais da sociedade. Uma coisa é o Estado legislar, garantir recursos para as escolas, capacitar pessoal docente, decidir por currículos, velar pelo cumprimento das prescrições e, outra coisa muito diferente é designar o Estado como educador do povo. A escola não pode se manter, segundo Marx, sob a influência do Estado e/ou da Igreja. E, se o Estado fizer a sua parte, o que significa que não se deseja o fim da escola estatal, cabe ao povo educar o Estado de forma muito severa e, conseqüentemente, tornar a educação estatal para o público uma educação efetivamente de interesse público.

Desejo que o debate sobre o Serviço Social na educação considere o ideário acima referido, não porque ele foi tirado de uma cartola, mas porque ele já resulta, historicamente, desde o século XIX, das lutas sociais, e continua com um potencial teórico-crítico alimentador das novas lutas.

IV

E educação emancipadora num contexto em que prevalecem a ordem, o Estado e a educação da lógica burguesa globalizada, sistematicamente reformada pela intervenção das Agências, necessita de princípios radicais para que também não seja reformista. Assim:

... uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente. Importantes funções de mudança. Mas, sem um acordo sobre esse simples fato, os caminhos dividem-se nitidamente (Mészáros, 2005, p. 27).

A radicalidade do autor citado, com o qual eu concordo integralmente, demonstra bem que as determinações fundamentais do capitalismo são *irreformáveis* e totalmente *incorrigíveis*. Os ‘carinhos’ concedidos ou prometidos pelo capital ao mundo do trabalho, como as políticas sociais compensatórias ou de inclusão, nada mais são do que os artifícios da reprodução.

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar margens de reforma sistêmica na própria estrutura do sistema do capital é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (Mészáros, 2005, p. 27).

No limite, os projetos em disputa são os projetos que concebem sociedades qualitativamente diferenciadas e,

É por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa-de-força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito (Mészáros, 2005, p. 35).

Abusei das citações, mas prefiro fazê-las do que parafrasear o autor. Para a reflexão que aqui nos move, cabe perguntar: a inserção do Serviço Social no campo da educação acrescentaria elementos de radicalidade à própria educação e em consonância com as ponderações anteriores? A educação emancipadora traduziria esse compromisso social?

V

Para os assistentes sociais, para os educadores e outras tantas profissões, senão todas, as múltiplas instituições educativas da sociedade globalizada e tecnológica atuam no sentido de “assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema”. É que cada indivíduo, para o bem do próprio sistema, tem que internalizar a lógica da reprodução. É por isso que já me referi ao neoliberalismo como ideologia da globalização. É por isso que já me referi a nova pedagogia da hegemonia e à educação para o consenso.

O que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é todo o sistema de internalização, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente (Mészáros, 2005, p. 47).

Então, também aqui os projetos se diferenciam: aprendizagem para a auto-realização dos indivíduos, socialmente ricos humanamente, versus a aprendizagem a serviço da perpetuação da ordem social alienante do capital. Conhecimento para realizar a emancipação humana, a auto-emancipação da humanidade, versus a concretização dos objetivos reificados do capital, como por exemplo a educação de habilidades e competências para o mercado de trabalho.

O fundamental é tomar a educação no sentido mais amplo possível. Grande parte da nossa aprendizagem ao longo da vida acontece fora das instituições educacionais formais e, portanto, nem sempre sob o controle desejado pelo capital. “... temos de reivindicar uma educação plena para toda a vida, para que seja possível colocar em perspectiva a sua parte

formal, a fim de instituir, também aí, uma reforma radical” (id.,ibid, p. 55). Trata-se da contra-internalização, um processo que nega a lógica do existente e busca uma alternativa abrangente concretamente sustentável. Todas as práticas político-educacional-culturais devem se voltar para uma transformação emancipadora.

Todo o acompanhamento anterior do pensamento de Mészáros (2005) me auxilia destacar no documento do GT de Educação (2011, p. 3) um dos seus propósitos: “contribuir para a intensificação da luta pela educação como direito social e a consolidação do Serviço Social nesta política pública, a partir da participação em conferências, conselhos de educação e conselhos da criança e do adolescente e articulação com os conselhos profissionais, sindicatos, executivo, legislativo, Ministério Público e outras forças políticas”.

Destaco aqui que está claro que os assistentes sociais não pretendem substituir os pedagogos no sentido específico. Os assistentes sociais pretendem, com a sua própria especificidade, uma atuação no sentido mais amplo da educação e talvez na dimensão apontada por Mészáros.

A política educacional brasileira das últimas décadas, tão marcada pelo reformismo de inspiração neoliberal, gestada pelas Agências multilaterais e executada pelos governos de plantão, vem moldando a educação às exigências de um país considerado emergente e que ocupa um papel no sistema de globalização do capital e do capitalismo. Emancipar-se dessas determinações é o grande desafio, mas a educação não consegue se emancipar solitariamente. O alvo a ser atingido assinala o combate às estruturas da totalidade econômica, política, social e cultural. Muitos sujeitos sociais, senão todos, atuando em diversos campos do mundo do trabalho, terão que se apoiarem mutuamente para que avanços contrários à lógica do capital possam ser dados. Não é mais possível fazer qualquer concessão à educação mercantilizada e em processo contínuo de privatização, por exemplo.

O resgate de uma política educacional, bem como das demais políticas

sociais, como políticas de Estado, e não programas de governos, faz parte da agenda que a sociedade civil necessita se impor. Para isso, é necessário que ela volte a se politizar, pois um dos principais malefícios do consenso foi a despolitização de todas as ações. A política pode se constituir num precioso instrumento da emancipação coletiva.

O trabalho como fundamento da existência humana, a educação plena como construção da sua essência, a política como práxis, em relação dialética, se constituem no cerne da revolução.

Referências

- ANDERSON, P. (1999). As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. GT de Educação. (2011). Subsídios para o debate sobre Serviço Social na educação. Brasília, CFESS-CRESS.
- CURY, C. R. J. Reformas educacionais no Brasil. In: SAVIANI, D. (org.) – (2010). Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira. Vitória: EDUFES.
- MARX, K.; ENGELS, F. (1975). Textos. São Paulo: Edições Sociais.
- MÉSZÁROS, I. (2005). A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo.
- NEVES, L. M. W. (org.) – (2005). A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã.
- SANFELICE, J. L. (a). A problemática do público e do privado na história da educação no Brasil. In: LOM BARDI, J. C.; JACOMELI, M. R. M.; TÂNIA, M. T. da (orgs.) – (2005). O público e o privado na história da educação brasileira. Concepções e práticas educativas. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Unisal, p. 177-185.
- SANFELICE, J. L. (b). Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular. Considerações historiográficas. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.;

- NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.) – (2005). A escola pública no Brasil. História e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, p. 89-105.
- SANFELICE, J. L. Pós-modernidade, globalização e educação. In: LOMBARDI, J. C. (org.) – (2003). Globalização, pós-modernidade e educação. História, filosofia e temas transversais. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, p. 3-12.

8.2 Perspectivas e desafios para efetivação do Projeto ético político do Serviço Social no âmbito da política de educação

*Eliana Bolorino Canteiro Martins*⁹

Considerações introdutórias

O conteúdo transcrito no presente texto aborda às reflexões contidas na exposição da referida autora, realizada no I Encontro Estadual do Serviço Social na Educação, promovido pelo CRESS/SP – sob a coordenação do GT (Grupo de Trabalho) Educação, realizado no dia 31 de março de 2012, em São Paulo/Capital.

As reflexões do texto são resultantes de estudos acumulados pela autora, a longa data, em especial no processo de elaboração da pesquisa de doutorado intitulada – Educação e Serviço Social: elo para construção da cidadania.¹⁰

A intenção é contribuir no debate sobre o Serviço Social na educação, trazendo proposições que estão abertas a críticas e sugestões,

⁹ Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação do Pontifício Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2007; Docente do Depto. de Serviço Social da UNESP/Campus de Franca/SP e Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na Educação – GEPESS.

¹⁰ Tese do doutorado intitulada – Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania. Defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PUC/SP (Pontifício Universidade Católica de São Paulo), em 2007. Traz um mapeamento dos municípios paulistas que possuem assistentes sociais inseridos no âmbito da Política de Educação Municipal evidenciando o trabalho desenvolvido por estes profissionais

principalmente dos profissionais que estão inseridos nos diferentes níveis de ensino, nas instituições públicas e privadas e que vivenciam os dilemas e as possibilidades da contribuição do Serviço Social no universo complexo da educação.

Educação e Política de Educação brasileira

Para pensar sobre Serviço Social no âmbito da Política de Educação torna-se imperiosa a necessidade de analisar, de forma crítica, o panorama desta política social no contexto político-econômico-social e cultural dos tempos atuais.

Mas, inicialmente é essencial refletir sobre a concepção de educação que norteia a análise.

Educação é uma das dimensões mais complexa e importante da vida social, envolve diversos espaços: o próprio sujeito, a família, a política, as organizações de cultura e dentre elas a “escola”, no sentido amplo que este termo encerra. Educação é um processo social vivenciado no âmbito da sociedade civil e protagonizado por diversos sujeitos.

Mas, educação também é uma área estratégica do Estado, pois segundo Gramsci (1999) o capitalismo para manter o controle sobre a sociedade não utiliza apenas de coerção, violência política ou econômica, necessita a coerção ideológica, utilizando como instrumento a cultura hegemônica burguesa, transformando-a em senso comum. Para isso utiliza da escola, instituição que visa, em última instância, a transmissão dos conhecimentos acumulados historicamente pela sociedade e a formação de valores.

Porém, ainda fundamentado na teoria marxista, Gramsci (2006) afirma a importância estratégica e contraditória da educação para elevação cultural das massas possibilitando-lhes conhecer e dominar os mecanismos de reprodução global da formação econômico-social que são passíveis de transformação.

Para Gramsci, a cultura não significa simplesmente aquisição de conhecimentos, mas posicionamento crítico diante da história, pois através

da “[...] conquista de uma consciência superior [...] cada qual consegue compreender o seu valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e deveres” (GRAMSCI, 2006, p. 24).

Portanto, a educação, como instrumento social possibilita a reprodução da ideologia dominante ou o desenvolvimento de uma cultura contra-hegemônica, que instrumentalizará o homem para se opor as diferentes formas de opressão e alienação, próprias da sociedade capitalista.

As políticas sociais, e especialmente a Política de Educação, são espaços contraditórios que expressam as lutas de classes, que através da correlação de forças presentes em um determinado momento histórico, se legitimam historicamente.

De acordo com Almeida (2005) “[...] a política de educação pode ser concebida também como expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social” (ALMEIDA, 2005, p. 10).

O referido autor destaca ainda que, uma das características da política de educação brasileira é o fato de não ter se constituído, até o momento, um direito social efetivo e universal garantido, conforme ocorreu em vários países, como etapa fundamental do próprio processo de consolidação do modo de produção capitalista, ou seja, como valor universal, sendo condição necessária ao desenvolvimento das forças produtivas.

Analisando a trajetória da Política de Educação brasileira, apesar de ter sido defendida deste o início do século XX, sua efetivação sempre esteve marcada pelo signo da exclusão.

A Política de Educação brasileira na contemporaneidade, portanto em tempos de hegemonia do capital financeiro e de agravamento das expressões da Questão Social, será discutida no decorrer do texto, com intuito de compreender os determinantes estruturais e conjunturais que incidem sobre o formato atual desta política pública.

Breve relato da trajetória histórica do Serviço Social na Educação

Inicialmente retomamos a compreensão do Serviço Social como profissão e o seu significado social. Tendo como pressuposto a visão fundamentada na teoria crítica, consideramos que a história é um processo de transformações sociais determinadas pelas contradições entre os meios de produção e as forças produtivas, e a luta das classes fundamentais inseridas nas relações sociais exprime tais contradições, sendo este o motor da história.

Retomando a trajetória histórica do Serviço Social, compreende-se que ele é reconhecido como um tipo de especialização do trabalho coletivo, profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho e que intervém no âmbito da produção e reprodução da vida social.

O significado sócio-histórico e ideo-político do Serviço Social esta inscrito no conjunto de práticas sociais que é acionado pelas classes sociais e mediadas pelo Estado em face das sequelas da Questão Social, em um dado momento da afirmação do desenvolvimento do capitalismo denominado, capitalismo monopolista.

O Serviço Social, em sua trajetória histórica, tem marcado seu espaço sócio-ocupacional, principalmente nas políticas sociais do Estado, além das organizações não governamentais e empresas privadas.

Conforme cita Iamamoto (1992), a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes, tendendo a ser cooptada pela que tem posição dominante.

Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contraditórios que convivem em tensão. Responde tanto as demandas do capital como do trabalho, e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação do seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo, e pela mesma atividade, de respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo desses interesses sociais,

reforçando as contradições que constituem o motor da história (IAMAMOTO, 1992, p. 99).

Compreendendo o Serviço Social nesta perspectiva, Almeida (2007) afirma que:

[...] a inserção do Assistente Social na área da educação não se constitui em um fenômeno recente, sua origem remonta aos anos iniciais da profissão em sua atuação marcadamente voltada para o exercício do controle social sobre a família proletária e em relação aos processos de socialização e educação da classe trabalhadora, durante o ciclo de expansão capitalista experimentado no período varguista (ALMEIDA, 2007, p. 6).

A autora Ida Lopes Witiuk da Tese de doutorado intitulada: “A trajetória sócio-histórica do Serviço Social na escola” (WITIUK, 2004), ao fazer esta análise expressa o posicionamento da própria profissão implícito na evolução da inserção do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional. Reconhece a conformação de estratégias integradoras e de ajustamento social presentes nas protoformas e na institucionalização do Serviço Social como profissão até o posicionamento político-ideológico presentes no momento atual, nos marcos do processo de construção do projeto ético-político profissional.

Dilemas e Contribuições do Serviço Social na Perspectiva do Projeto Ético-Político Profissional na Educação

Mas, como pensar o Serviço Social no âmbito da Política de Educação no contexto contemporâneo? Quais são os determinantes que influenciaram a ampliação deste espaço sócio-ocupacional neste momento histórico? E ainda, porque vem se ampliando o debate profissional do Serviço Social sobre esta temática, inclusive mobilizando os órgãos representativos da

categoria profissional, destacando o conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS)? Quais requisições têm sido postas para o Assistente Social nas mais diversificadas instituições educacionais, nos diferentes níveis de ensino tanto público como de iniciativa privada?

A educação, em tempos de capital fetiche, atinge patamares de prioridade, principalmente nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Esta demanda, relacionada à ótica do capital, é determinada em decorrência da reestruturação produtiva que transita do modelo fordista para o toyotista, incorporando as novas tecnologias e instituindo a flexibilização da produção e conseqüentemente das relações de trabalho, tendo como consequência a perda dos direitos trabalhistas e sociais, arduamente conquistados pela classe trabalhadora ao longo dos tempos.

Enfim, estas transformações trazem um novo paradigma, a empregabilidade, e para efetivar esta proposta é preciso que a força de trabalho esteja preparada técnica e ideologicamente para este novo perfil.

Desta forma, a Política de Educação, que sempre esteve tensionada por projetos sociais em disputa, ganha destaque, e os organismos internacionais, capitaneados pelo poder dominante, propõem reformas educacionais nos diversos países, sob a égide do ideário neoliberal, sustentáculo ideológico dos tempos atuais.

Há um incentivo a universalização do ensino fundamental, portanto declaradamente restringindo a possibilidade de acesso ao conhecimento, sendo apenas o necessário e funcional as demandas do capital, passando então a ser prioridade em diversos países, entre eles o Brasil.

Ainda na ótica do projeto hegemônico, o Serviço Social tem sido requisitado, principalmente para atuar na rede municipal de ensino e, mais recentemente nos Institutos Federais, portanto no ensino fundamental e na educação profissionalizante, níveis de ensino prioritários para a preparação dos jovens para o mercado de trabalho.

As requisições postas para os Assistentes Sociais nestes espaços sócio-ocupacionais estão relacionados à garantia de acesso e permanência das classes empobrecidas no circuito da escolarização, principalmente relacionadas as situações referentes as expressões da questão social e àquelas pertinentes as relações sociais estabelecidas no ambiente escolar e em seu entorno.

As demandas das instituições educacionais estão impregnadas da ideologia dominante, estratégia utilizada pelo Estado para controlar a classe trabalhadora, concomitantemente responder as necessidades do processo do capital formando trabalhadores em consonância com as novas exigências do mercado de trabalho.

Porém, contraditoriamente, pela mesma ação, no processo educativo, descortina-se a possibilidade da população, até então excluída do sistema educacional, ter acesso ao conhecimento, mesmo que de forma parcializada, muitas vezes descolada da realidade social por ela vivenciada.

É neste espaço contraditório, tensionado por projetos societários em disputa, que no contexto contemporâneo, têm-se ampliação a inserção do Assistente Social no âmbito da Política de Educação.

Analisando a legislação em vigor, Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB) e Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA), vislumbram-se, nas entrelinhas das leis, flancos relativamente abertos, que denotam possibilidades de ação com vistas a atender as reais demandas presentes nas instituições educacionais, que expressam as reais necessidades da população usuária dos serviços educacionais.

Descreve-se a seguir algumas destas lacunas que podem ser utilizadas à favor da conquista da educação como direito social e como forma emancipatória:

- democratização da escola pública, tanto no que se refere à gestão administrativa, dando ênfase à participação das famílias nas instâncias de poder decisório, quanto na articulação da escola com a sociedade;

- garantir serviços de apoio especializado na rede regular de ensino para crianças com necessidades educacionais especiais;
- promover alteração na didática e nas relações estabelecidas entre professor-aluno aproximando-se da realidade social dos alunos;
- programas de suplementação alimentar, assistência médico-odontológica, farmacêutica, psicológica, social, além de outras formas de assistência social.

Certamente estas prescrições estão permeadas de contradições que respondem aos interesses do Estado em viabilizar a melhoria dos índices de escolaridade visando, em última instância inserir o Brasil no mundo globalizado, mas por outro lado correspondem também aos anseios e lutas dos movimentos de educadores que mobilizam esforços para garantir a educação pública, para todos e com qualidade.

Outra questão central também explícita nas legislações educacionais em vigor é a Educação Inclusiva, que é considerada como:

[...] uma abordagem que procura responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, com um foco específico naquele que são os vulneráveis à marginalização e exclusão. Nesta perspectiva, entendemos que o desenvolvimento do sistema de educação inclusiva, no qual às escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras, representam a possibilidade de combater a exclusão e responder às necessidades do aluno (BRASIL, 2005).

No entanto paira sobre este novo paradigma inúmeras questões referentes às condições concretas para materializar a inclusão, no sentido amplo que o termo encerra, considerando o respeito às diferenças de gênero,

etnia, orientação sexual, condições socioeconômicas e por fim, as condições físicas, intelectuais.

A “inclusão” têm sido uma forte tendência dos discursos políticos, das legislações, invadindo todas as áreas e políticas públicas e os textos jurídicos. Porém, o contraponto da “exclusão” não se efetiva como uma mágica é preciso, portanto, um amplo debate para compreender as mediações que perpassam este discurso, visando construir estratégias para mobilizar a inclusão, confrontando a realidade em suas múltiplas determinações.

Em relação à educação, na realidade há inúmeras expressões da exclusão, indicada nos dados estatísticos e principalmente nas notícias e relatos que flagram as dificuldades de acesso e permanência na escola em decorrência de fatores relacionados própria condição da operacionalização desta política (infraestrutura adequada, déficit na formação profissional dos educadores, baixos salários, programas e projetos educacionais desarticulados ou descolados da realidade, etc.) e ainda pelas sequelas da questão social que invadem o cotidiano escolar, considerando as mudanças no perfil dos alunos/famílias, usuários da escola pública, geralmente provenientes da classe trabalhadora.

O panorama da realidade brasileira em relação à educação não foi descrito por considerarmos desnecessário registrar informações que para conhecê-las basta acessar as estatísticas divulgadas online, inclusive pelos próprios órgãos estatais tais como: Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), etc.

Diante de tantos desafios, como pensar a inserção do Assistente Social no âmbito da Política de Educação?

Primeiramente é necessário refletir sobre a complexidade da organização da Política de Educação Brasileira, que está dividida em diversos níveis de ensino: Educação básica, composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; o ensino superior e as modalidades de ensino, constituída por: educação especial, educação indígena, ensino profissionalizante, educação de

jovens e adultos. Também faz necessário considerar que à responsabilidade por estes níveis e modalidades de ensino são divididas entre as esferas federal, estadual e municipal, sendo regulamentados por um conjunto diversificado de legislações, portanto é primordial conhecer, compreender os meandros existentes neste sistema, de forma contextualizada com a conjuntura, tendo como suposto que o local e o global estão imbricados no atual ordenamento da sociedade capitalista.

Por outro lado, conhecer também, com a mesma profundidade e se aproximar do debate dos movimentos sociais de educadores, que se debruçam, com uma visão crítica sobre a política de educação para somar esforços nas estratégias de resistência à educação mercantilista, voltada para os interesses do capital. E ainda, compreender as particularidades da Política de Educação, em seus diferentes níveis de ensino, problematizando este conhecimento, desvelando os seus significados, com todos os representantes da comunidade escolar.

Na instância do planejamento, execução e avaliação das políticas de educação, reconhecer que as unidades educacionais são espaços privilegiados para a produção e socialização dos conhecimentos acumulados pela sociedade ao longo da história, mas também reconhecer que estes mesmos espaços estão impregnados pela sociabilidade capitalista, que reproduz um “modo capitalista de pensar” e encontrar alternativas para desvelamento desta ideologia, em prol de uma educação integral, na perspectiva de uma educação emancipatória.

O Assistente Social deve estar atento para não realizar uma análise endógena, reducionista, fragmentada, individualista, do ambiente educacional, mas situá-lo no contexto mais amplo, da própria dinâmica societária, analisando as mediações presentes no tecido social. Mediações que:

[...] são expressões históricas das relações que o homem edificou com a natureza e conseqüentemente das relações

sociais daí decorrentes nas várias formações sócio-humanas que a história registrou. Funciona como condutos por onde fluem as relações entre as várias instâncias da realidade, são elas que possibilitam conceber-se a realidade como totalidade (PONTES, 1995, p. 78).

Ao utilizar esta categoria teórico-metodológica, fundamental para o Serviço Social, os profissionais que atuam nos espaços sócio-ocupacionais na área da educação poderão identificar a tríade dialética¹¹: universalidade, singularidade e particularidade, realizando, através da racionalidade crítica dialética, as conversões das instâncias da realidade social que estão dialeticamente interconectadas.

Desta forma será possível verificar que “[...] por trás da aparência externa dos fenômenos, por trás do movimento visível, o movimento real interno, por trás do fenômeno, a essência” (KOSIK, 2002, p. 20).

Considerar que o Assistente Social atua com e na produção e reprodução da vida social, material e espiritual, é imprescindível compreender a dinâmica do modo de organização social da produção de bens materiais necessários à sobrevivência dos sujeitos sociais, visto que “[...] as condições materiais de produção são determinantes do modo de organização da vida social” (MARX; ENGELS, 1984, p. 15).

A complexidade do contexto social, a posição que ocupa da Política de Educação, justifica o interesse dos Assistentes Sociais, em especial, dos órgãos representativos da categoria profissional, o conjunto CFESS/ CRESS, não por vislumbrar uma mera ampliação do mercado de trabalho profissional, mas principalmente, pelo reconhecimento da

¹¹ “A racionalidade crítica-dialética recolhe suas categorias analíticas na própria realidade, percorre-as, estabelecendo seus vínculos, sai em busca da mediação, satura seus objetos de determinação e reproduz, no nível do pensamento, as múltiplas e complexas relações que se processam na realidade. Nesta busca da totalidade, e inter-relação entre as categorias da realidade, dá lugar a complexos cada vez mais abrangentes” (GUERRA, 1997, p. 58)

posição estratégica que a educação desempenha nos processos políticos, econômicos, sociais e culturais.

O reconhecimento da educação, no sentido amplo, como um dos mais complexos processos constitutivos da vida social, portanto, por sua dimensão social, como um instrumento social que pode proporcionar a elevação cultural das massas, possibilitando-lhes conhecer e dominar os mecanismos de reprodução global da formação socioeconômica, que são passíveis de transformação, como afirma Gramsci (1991), e em especial, o reconhecimento da política de educação como estratégia do Estado, no intuito de manter a hegemonia capitalista, é primordial.

Nesta perspectiva, que se ampliam os debates sobre a inserção do Serviço Social nesta política social, destacando alguns determinantes, conforme indica Almeida (2011 p.25-26):

- discursos e práticas de valorização da educação inclusiva e articulação com serviços assistenciais;
- descentralização da educação básica e autonomia dos municípios;
- ampliação e interiorização da rede de ensino profissional, ciência e tecnológica e demandas de programas e ações de Assistência Estudantil;
- acionamento do judiciário e executivo para assegurar e acompanhar o direito ao acesso à educação;
- gerenciamento da desproporcionalidade entre oferta e demanda de vagas para educação infantil (creches);
- aumento das ações e programas sociais às famílias e demandas de operacionalização das organizações não governamentais que atuam na educação;
- programas e projetos sociais que articulam a educação ao esporte e cultura na perspectiva do exercício da cidadania.

Além destas destaca-se também a alteração significativa do perfil dos alunos/famílias, usuários da escola pública, que ao “democratizar” o acesso possibilitou a inserção de estudantes provenientes das camadas populares empobrecidas, que expressam as marcas da desigualdade social que vivenciam que faz parte do processo histórico da sociedade brasileira.

Desta forma, o ambiente escolar é atravessado por expressões diferenciadas social e culturalmente, e também pelas mazelas provenientes do acirramento das sequelas da questão social, que tencionam as relações vivenciadas pela comunidade escolar, despreparadas para lidar com este novo perfil de alunos/famílias.

Resvalam deste bojo as alterações nas relações interpessoais, impregnadas da influência da ideologia dominante, sob do ideário neoliberal, apresentando um individualismo exarcebado, competitividade, preconceitos, fragmentação do real, que reforçam o “modo capitalista de pensar” e provocam conflitos nas instituições escolares e em seu entorno.

Ressalta-se que a preocupação da categoria profissional com questões afetas a Política de Educação, são também resultantes da maturidade teórico-metodológica e ético-político que a profissão tem conquistado nas últimas décadas. A principal expressão deste amadurecimento tem sido o processo de construção do projeto ético-político profissional que envolve:

[...] um conjunto de componentes que necessita se articular: são valores, saberes e escolhas teóricas, práticas, ideológicas, políticas, éticas, normatizações acerca de direitos e deveres, recursos políticos-organizativos, processos de debate, investigação, interlocução crítica com o movimento da sociedade, da qual a profissão é parte e expressão (YASBECK, 2004, p. 12).

Este projeto ético-político profissional, expresso no Código de Ética

Profissional, 1993 e nas demais legislações que regulamentam a formação e o exercício profissional, elege como valor central a liberdade, comprometido com a autonomia, a emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, e demais princípios éticos que afirmam o comprometimento da profissão com os interesses e necessidades da classe trabalhadora.

Neste bojo, o acúmulo de conhecimentos referentes às políticas sociais, locus privilegiado da atuação profissional, propiciou o repensar da Política de Educação, mobilizando a categoria profissional a se articular com os movimentos sociais que atuam na constituição de um novo projeto societário e na luta pela conquista de direitos sociais, especificamente o direito a educação.

A intervenção do Assistente Social, nestes espaços sócio-ocupacionais tensionados por interesses em disputa, se insere no trabalho coletivo desenvolvido nas instituições educacionais, portanto torna-se imprescindível promover uma ação interdisciplinar, aglutinando esforços para efetivar a intersectoriedade das políticas sociais, visando garantir a efetivação da educação para todos e de qualidade.

A inserção do Serviço Social no âmbito da Política de Educação, nos diferentes níveis de ensino, portanto em diferentes espaços, visa contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso das crianças e adolescentes na escola.

Tendo como referência a análise das experiências profissionais nesta área, interpretando as possibilidades contidas na própria legislação que regulamenta a política de educação brasileira, constata-se que o trabalho do assistente social ocorre em três eixos que se conectam dialeticamente e aqui descritos, de forma didática, separadamente.

O primeiro eixo se relaciona com a dimensão sócio-educativa da profissão, considerando, porém, que esta particularidade da atuação profissional não se restringe ao campo da política de educação, pois esta é inerente à natureza da profissão em todas as instâncias de intervenção. Inclusive cabe ressaltar, que

esta é uma das dimensões do trabalho do Assistente Social que está presente nestes os protoformas da profissão, alterando o posicionamento político-ideológico na trajetória sócio-histórica da profissão, conforme analisa Abreu (2002).

Segundo afirma Iamamoto (1998, p. 69):

[...] o Serviço Social é um trabalho especializado expresso sob a forma de serviço, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideocultural do indivíduo social. O Assistente Social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas na criação de consensos na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão do instituído: é consenso em torno de interesses das classes fundantes, sejam dominados ou dominantes, contribuição na reforma da hegemonia vigente ou de uma contra-hegemonia no cenário da vida social.

O Assistente Social na educação poderá atuar com todos os membros da comunidade escolar, tendo a possibilidade de mobilizar um processo reflexivo que envolve a percepção objetiva da vida social, e da vida de cada indivíduo e das condições sociais e históricas que norteiam a sociedade. Esta atividade propicia a politização em torno de diversos temas que perpassam o ambiente escolar e social.

Assim, o Assistente Social, coerente com o projeto ético-político profissional, assumirá em seu trabalho sócio-educativo, um caráter emancipatório, fortalecendo as lutas das classes subalternas e não um caráter de enquadramento disciplinador, próprio da perspectiva conservadora, apesar desta ainda estar presente na profissão.

Este processo é essencial para a construção do senso crítico de todos envolvidos no universo escolar. Neste sentido, é importante considerar que:

[...] a compreensão da esfera da cultura é fundamental para os Assistentes Sociais à medida que as suas ações profissionais, travadas na relação direta com as formas de vivência cotidiana dos sujeitos sociais, permitem identificar os modos como se forma a identidade social, o senso comum, a funcionalidade das ideológicas, dos mitos, ou seja, aquilo que Gramsci chamou de conformismo e, ao mesmo tempo, a forma de superá-lo, uma vez que este, também, é o terreno para a criação de uma vontade política capaz de romper a razão instrumental que funda a ordem capitalista (SIMIONATO, 2001, p. 12).

No segundo eixo está inscrito a democratização da educação, não apenas no sentido de garantir o acesso e permanência dos estudantes na escola, mas também de potencializar o processo de construção da gestão democrática neste espaço institucional público, fortalecendo a participação efetiva de todos os representantes da comunidade escolar, especialmente alunos e famílias, que muitas vezes, não utilizam das instâncias de participação e de poder decisórios existentes nas instituições educacionais.

Ressalta-se que a efetivação da gestão democrática na escola pública, está sedimentada na regulamentação jurídica que trata sobre a educação, ou seja: LDB/96 e ratificada no ECA/93, porém é notório que na efetivação destas legislações há entraves, limites de diversas ordens, em especial aqueles pertinentes à própria dinâmica da educação que dificulta a viabilização deste direito.

Diante dos diversos percalços, é possível encontrar alternativas de resistência para reorganização do poder decisório na comunidade educacional, envolvendo a representação de todos os membros, problematizando e redimensionando os procedimentos decisórios, construindo uma gestão realmente democrática, que atenda aos interesses da população alvo desta política.

E o terceiro eixo, é a articulação da política de educação com as demais políticas sociais e, em especial a rede socioassistencial pertinente.

Neste quesito, o Assistente Social poderá facilitar o processo de realização da intersectoriedade entre as políticas sociais, para que realmente o profissional atenda as reais demandas advindas das classes subalternas.

Para efetivar esta tarefa, conforme alerta Almeida (2011), o Assistente Social não pode prescindir de uma análise concreta dos discursos que sustentam os diferentes programas, projetos e ações e suas vinculações ideológicas com os projetos sociais em disputa, e que são efetivados no interior da Política de Educação, ou organizados por outras políticas públicas e desenvolvidos no interior das instituições educacionais.

Um dos maiores desafios para o Serviço Social é ‘abrir as portas da escola’, inserindo-a no circuito da rede de atenção a criança, adolescente e família, porém sem perder de vista a especificidade da escola, mas contribuindo para que a mesma possa efetivar sua principal função social, ou seja, a relação pedagógica, que visa socializar o acúmulo de conhecimentos teóricos produzindo pela sociedade ao longo dos tempos.

O Serviço Social contribui, significativamente, na reorganização da relação escola e as instâncias pertencentes do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes (SGDCA), que tem como objetivo fundante garantir todos os direitos das crianças e adolescentes, entre eles o direito a educação.

Esta ação é de suma importância considerando ainda, a posição estratégica que as escolas ocupam nos espaços territoriais, sendo uma das instituições mais presentes na vida comunitária, possibilitando, portanto acesso as famílias, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Por fim, o Serviço Social na educação, precisa reconhecer e compreender a sua inscrição no trabalho coletivo da escola, sendo imprescindível promover uma ação interdisciplinar, aglutinando esforços visando consolidar a educação como direito social.

Ressalta-se que a perspectiva interdisciplinar, segundo Martinelli et al. (1995, p. 235):

[...] não fere a especificidade das profissões e tampouco seus campos de especificidade. Muito pelo contrário, requer a originalidade e a diversidade dos conhecimentos que produzem e sistematizam acerca de determinado objeto, de determinada prática, permitindo a pluralidade de contribuições mais consistentes deste mesmo objeto, desta mesma prática.

Neste sentido no trabalho interdisciplinar:

[...] o profissional funciona como um pêndulo que ele seja capaz de ir e vir: encontrar no trabalho com outros agentes, elementos para (re) discussão do seu lugar e encontrar nas discussões atualizadas pertinentes ao seu âmbito de intervenção, os conteúdos possíveis de uma atuação interdisciplinar (MELLO; ALMEIDA, 2000, p. 235).

É no trabalho coletivo desenvolvido na escola, na construção e efetivação do projeto político pedagógico que o Assistente Social tem algo a dizer, tem uma significativa contribuição neste espaço sócio-ocupacional travejado com determinações econômicas, sociais, políticas e culturais, portanto, ampliar os horizontes do conhecimento e da ação nas instituições educacionais é uma urgência histórica, em tempos tão adversos a uma formação humana, consciente, crítica, emancipatória.

A seguir descrevemos, em breves palavras, a configuração da inserção do Serviço Social no âmbito da Política de Educação pública, a nível municipal, no Estado de São Paulo, tendo como referência a pesquisa de doutorado, realizada em 2007, intitulada- Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania.

A referida pesquisa mapeou a existência do Serviço Social na educação municipal em 37 municípios paulistas, porém há notícias que este número foi ampliado, porém ainda não foi possível o contato com estes profissionais.

De forma geral, em sua maioria, os profissionais atuam na educação infantil e alguns também absorvem demandas sociais advindas do ensino fundamental, em decorrência do processo acelerado de municipalização deste nível de ensino. Há também alguns municípios onde o Assistente Social está inserido em equipes multiprofissional que intervém na questão da inclusão educacional de alunos com necessidades especiais, principalmente realizando ações de formação continuada destes profissionais.

Outra informação interessante é que a inserção destes profissionais nas instâncias da efetivação da Política de Educação municipal ocorreu, principalmente após 1988, mais especificamente depois que ocorreu a transferência das creches, que antes estavam alocadas na Política de Assistência Social, para a Política de Educação, conforme regulamentado pela LDB/96.

A pesquisa constatou que na maioria dos municípios há uma defasagem entre o número de Assistentes Sociais e a demanda atendida, considerando a amplitude das redes educacionais. Esta característica implica nas condições de trabalho e na própria efetivação da ação profissional, que não conseguem atender as reais demandas sociais advindas dos usuários destes serviços.

Apesar da precariedade das condições objetivas de trabalho, dos desafios da atuação postos pelas particularidades da política de educação, as experiências profissionais identificadas comprovam que há uma demanda real e urgente que são pertinentes ao Serviço Social e que este pode contribuir, significativamente, no bojo do trabalho coletivo desenvolvido nas unidades educacionais, para buscar estratégias de resistência contra a massificação, a mercantilização da educação tendo como direção social a conquista da educação emancipatória.

Neste sentido, os desafios estão postos nesta realidade social contraditória, complexa que sofre os percalços do projeto neoliberal, proposto pelo capital visando manter e ampliar a acumulação capitalista através da exploração, cada vez mais perversa da força de trabalho, acirrando e aprofundando cotidianamente as desigualdades sociais, especificamente no Brasil.

Efetivar o projeto ético-político profissional do Assistente Social neste terreno adverso só é possível se potencializarmos ações para o fortalecimento e organização dos sujeitos coletivos. Neste sentido:

[...] é necessário reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, organicamente integrado aos movimentos sociais e instâncias de organização política de segmentos e grupos sociais subalternos, o que parece ter sido submerso do debate profissional ante o reflexo dos movimentos sociais e dos processos massivos de organização sindical e social, a partir da década de 90 (IAMAMOTO, 2007, p. 200).

Nesta ótica, é preciso reconhecer os espaços estratégicos existentes no âmbito da Política de Educação que podem ser utilizados pelo Assistente Social. Porém, para isso é preciso enfrentar

[...] um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capaz de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas emergentes no cotidiano... enfim ser profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 1998, p. 20).

Por outro lado, a despeito das adversidades, conforme afirma Gramsci, “[...] que o pessimismo da razão não seja maior que o otimismo das nossas vontades” (GRAMSCI, 2006, p.267).

A luz deste pensamento é importante reconhecer na política da educação as suas contradições, e desta forma compreender que:

[...] não podemos aceitar o todo poderosismo ingênuo da educação que faz tudo, nem aceitar a negação da educação como algo que nada faz, mas assumir a educação nas suas limitações e, portanto, fazer o que é possível, historicamente ser feito, com e através da educação (FREIRE, 2001, p.102).

Referências

- ABREU, M. M. **Serviço social e a organização da cultura**: perfil pedagógico da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.
- ALMEIDA, N. L. T. Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do serviço social na educação. **Caderno Especial**, n. 26, p. 1-56, edição 4 a 25 nov. 2005. Disponível em: < <http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial26.pdf>> Acesso: 10 jan. 2006.
- ALMEIDA, N. T. Serviço social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios. In: I ENCONTRO ESTADUAL DE SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2004. Mimeografado.
- _____. O serviço social na educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. Texto elaborado para o Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, realizado em maio de 2007, em Belo Horizonte. Mimeo, 2007.
- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de junho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 21 jun. 2011.
- _____. Ministério da Educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação**. Secretaria de Estado da Educação. Brasília/DF: Associação Brasileira de Editores de Livros, 1998.

- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Documento elaborado pelo GT (Grupo de trabalho) nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogado pela Portaria nº 948, de 9 de outubro de 2007.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Serviço Social na Educação. **Parecer Jurídico.** Brasília/DF, set. 2001.
- _____. Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.**
- _____. GT (Grupo de Trabalho) Educação. Assessoria: Ney Luiz Teixeira de Almeida. **Documento – Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília, 2011.**
- FREIRE, Paulo; FREIRE, Ana Maria Araújo (Orgs.). **Pedagogia dos sonhos possíveis.** São Paulo: UNESP, 2001.
- GRASMCI, A. **Cadernos do Cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.2, 2006.
- _____. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. **Concepção dialética da história.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GUERRA, Y. Ontologia do ser social: bases para a formação profissional. **Serviço Social & Sociedade, São Paulo**, n. 54, p. 9-25, jul. 1997.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002.
- IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social:** ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.
- _____. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

- _____. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã:** Teses sobre Feuerback. São Paulo. Moraes, 1984.
- MARTINELLI, M. L.; RODRIGUES, M. L.; MUCHAIL, S. T. (Orgs.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber.** São Paulo: Cortez, 1995.
- MELO, A. I. S. C. de; ALMEIDA, G. E. S. de. Interdisciplinaridade: possibilidades e desafios para o trabalho profissional. In: **Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 04.** Brasília-DF: CEAD/UNB, 2000.
- MARTINS, E. B. C. **Educação e serviço social:** elo para a construção da cidadania. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- NOSELLA, P. **A escola de Gramsci.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- PONTES, R. N. **Mediação e serviço social.** São Paulo: Cortez, 1995.
- SIMIONATO, I. A influência do pensamento de Gramsci no serviço social brasileiro. **Revista Trilhas**, Belém, v. 2, n.1, p.7-18, jul. 2001.
- WITIUK, L. I. A trajetória sócio-histórica do serviço social no espaço da escola. 2004. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

8.3 Apresentação do documento “Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação” e trajetória do GT/Cfess

Texto referente à palestra “Apresentação do documento ‘Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação’”.

*Felipe Moreira*¹²

1 - Breve quadro político contemporâneo da Educação no Brasil

Vivemos dias em que a educação tem ganhado centralidade tanto nos debates quanto nas ações de variados grupos sociais. Se por um lado governos estão cometendo a barbaridade de fechar escolas, a sociedade civil organizada está se movimentando para denunciar e resistir a esse absurdo.

A “Plenária de Luta Contra o Fechamento de Escolas Públicas no Campo e na Cidade”, realizada na UERJ neste ano, divulgou que de 2002 a 2009 foram fechadas no Brasil mais de 24.000 escolas, em torno de 80% localizadas no campo. No sudeste, 2.126 escolas rurais foram fechadas no mesmo período. Se a educação é um direito, precisamos ter como horizonte que fechar escolas é um crime!

A questão orçamentária da Política de Educação voltou à “ordem do dia”. Movimentos sociais e partidos de esquerda colocaram luz em um ponto há muito obscurecido ao exigirem a destinação de 10% do PIB para a educação pública. Os rigorosos cortes em investimentos públicos no campo educacional (camuflados sob o discurso liberal de ajuste fiscal) não são exclusividade do Brasil. Este é um processo mundial, mas a realidade nacional é ainda mais grave.

¹² Felipe Moreira é assistente social graduado pela UERJ e mestrado em Serviço Social pela mesma universidade. Atualmente é conselheiro do CRESS-RJ e representante da região sudeste no GT Nacional de Serviço Social na Educação, do Conjunto CFESS/CRESS. Trabalha como assistente social na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro

Em comparação com outros países, o Brasil é um dos que menos investe em pessoas em idade educacional. Segundo a UNESCO, o valor médio aplicado mundialmente na política de educação é de quase 4.500 dólares. Em nosso país, este valor é de 959 dólares, mais de três vezes menor e atrás de países como Argentina e Cuba.

Enquanto quase metade do nosso PIB vai para o pagamento da dívida pública, menos de 3% do PIB do Brasil é investido na educação pública. O relatório do Plano Nacional de Educação (PNE) prevê aplicação de 7 a 8% do PIB em educação até 2020. Somos hoje a 6a maior economia do mundo e o 88o país no ranking mundial na educação (ranking esse que conta com apenas 127 países).

A campanha “10% do PIB para a educação pública já!”, que organizou um plebiscito nacional (inclusive apoiado pelo CFESS, pelo CRESS-RJ e outros), revelou que dos quase 360 mil votos, aproximadamente 352 mil foram favoráveis à destinação de 10% do PIB para a educação.

Temos atualmente 13 milhões de analfabetos no Brasil e 50 milhões de analfabetos funcionais. Mesmo diante desse quadro caótico, 17 estados brasileiros não estão respeitando o Piso Nacional do Professor. Piso este regulamentado por Lei (11.738/2008) e já defasado.

Soma-se ainda neste contexto as ofensivas neoliberais sobre o ensino superior, através do Reuni nas universidades públicas e o Prouni nas privadas. A educação é, atualmente, a terceira maior fonte mundial de lucratividade para os capitalistas. Não à toa assistimos ao boom dos cursos de graduação à distância, com pouco gasto, muito lucro e o escancarado descompromisso com a qualidade.

E já que as expressões da questão social, como diz Yamamoto, é também constituída pela dimensão da resistência, da luta e da rebeldia daqueles que as sofrem, os diversos segmentos da classe trabalhadora têm se organizado cada vez mais. Exemplos disso é o “Fórum em Defesa da Educação Pública”, no Rio de Janeiro (que elaborou um importante manifesto que começa

com a significativa frase: “Não é mais possível esperar ou ficar parado”) e a “Campanha Nacional pelo Direito à Educação” (composta por mais de 200 entidades espalhadas pelo país)

2 – O Serviço Social na educação nos dias atuais

E se a educação está tão em pauta de um modo geral, o Serviço Social não poderia estar fora deste compasso. Fazendo uma ligeira análise, observamos que:

- Nunca se contratou tantos assistentes sociais como atualmente, para atuarem junto à política de educação, sobretudo nas instituições públicas.
- Diversas leis e projetos de leis que prevêm o trabalho do assistente social junto à política de educação têm sido elaboradas e algumas aprovadas pelo Brasil. Alguns exemplos: o PLC 60/2007, que versa sobre a inserção de psicólogos/as e assistentes sociais nas escolas públicas de educação básica; a lei mineira 16.683/2007, de autoria do deputado André Quintão, que fala sobre acompanhamento social na educação e o PL 1314/2012, de autoria do vereador Paulo Messina, que fala sobre ações interdisciplinares de assistentes sociais, psicólogos e professores nas escolas municipais do Rio de Janeiro.
- As produções acadêmicas voltadas para o debate sobre o Serviço Social na educação vêm crescendo muito, tanto na graduação quanto na pós-graduação.
- Teremos, em junho deste ano, o “I Seminário Nacional de Serviço Social na Educação”, em Maceió, organizado pelo Conjunto CFESS/CRESS.
- Vários CRESS's em seus estados estão organizando pela primeira vez, em função do citado Seminário Nacional, seminários estaduais para debater o Serviço Social na educação.

- Pela primeira vez o tema da campanha nacional do Conjunto CFESS/CRESS em comemoração ao Dia do Assistente Social será voltado para a defesa da educação pública e de qualidade para todos.
- Não podemos esquecer da campanha “Educação não é fast-food: diga não à Educação à Distância”, que foi impedida de continuar no ar pelos representantes do grande capital.
- E, em um âmbito regional, mas não por isso menos importante, um fato histórico ocorreu no final do ano passado, quando, pela primeira vez, um grupo de assistentes sociais (que trabalha na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro) conseguiu se filiar ao Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE). Sindicato este que passou a reconhecer os assistentes sociais como trabalhadores da educação. Reconhecimento que veio através de reivindicação e pressão política desses assistentes sociais junto a determinados segmentos do SEPE.

3 – O documento “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação”

3.1) Introdução e objetivos:

Primeiramente quero citar nominalmente todos os integrantes da última formação do GT Nacional de Serviço Social na Educação, do Conjunto CFESS/CRESS, responsáveis pela construção do documento “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação”: Maria Elisa, Kênia, Edval, Marylúcia, Jurema, Daniela, Janaína, Luciana, Rita e o prof. Ney enquanto assessor do grupo.

O documento “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação” tem a finalidade de, a partir do acúmulo teórico e político da categoria

construído, em especial, nas duas últimas décadas sobre a inserção do Serviço Social na educação, contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre uma concepção de educação coerente com o projeto ético-político profissional que, por sua vez, oriente o debate das particularidades do trabalho do assistente social nesta política pública, assim como as ações profissionais no sentido de fortalecer as lutas sociais em defesa de uma educação emancipadora.

Um ponto fundamental a ser destacado já de início é que o documento “Subsídios” não trata-se de “parâmetros”. O documento se presta a orientar o debate das particularidades do trabalho do assistente social nesta política pública e não para orientar o trabalho do assistente social nesta política pública.

Foi uma opção política do GT Nacional de Serviço Social na Educação construir um documento para subsidiar o debate sobre o Serviço Social na educação e não um documento para parametrar o trabalho do assistente social na educação. Portanto, essa é a primeira consideração importante a ser feita: esse documento não trata-se de parâmetros.

Evidentemente, este documento não inaugura uma discussão sobre o assunto. Ao contrário, parte de um conjunto de reflexões produzidas e sistematizadas sobre o Serviço Social na Educação. Por este mesmo motivo, o documento não tem qualquer pretensão de encerrar o debate, nem de se configurar como síntese a ser utilizada como única e última referência ao exercício profissional ou à intervenção política da categoria, mas de oferecer subsídios para o debate (...). (CFESS, 2011:04)

Alguns dos objetivos do documento “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação” são:

- mapear as experiências profissionais existentes e promover a reflexão sobre o Serviço Social na Educação, visando possibilitar a qualificação

da inserção profissional nesta política (objetivo este que demonstra no documento a preocupação voltada para o trabalho de campo e sua qualificação).

- apresentar produções teóricas sobre a política social de educação e sobre as particularidades da inserção do Serviço Social nesta política que subsidiem a pesquisa e o trabalho profissional na área: apresentações de trabalho em congressos, publicação de artigos em periódicos, dissertações, teses e livros publicados, etc (o que mostra a necessidade de conhecermos o que já vem sendo estudado nesse campo).
- apresentar orientação para a proposição de projetos de Lei sobre a inserção do Serviço Social na Educação (o que destaca a importância fundamental de avançarmos também no campo das legislações que busquem garantir essa inserção de forma bem estruturada).
- contribuir para a intensificação da luta pela educação como direito social e a consolidação do Serviço Social nesta política pública, a partir da participação em conferências, conselhos de educação e conselhos da criança e do adolescente e articulação com os conselhos profissionais, sindicatos, executivo, legislativo, Ministério Público e outras forças políticas (o que sinaliza para a importância do trabalho do assistente social extrapolar as paredes da escola no sentido de somar forças a outros atores sociais em espaços diversos).

3.2) Breve histórico do GT Nacional de Serviço Social na Educação:

O GT Nacional de Serviço Social na Educação do Conjunto CFESS/ CRESS foi constituído em 2006, no 35º Encontro Nacional do Conjunto. Sua efetivação de fato se deu em 2007. Entendo que o GT pode ser dividido em duas fases: a primeira fase sem a assessoria do prof. dr. Ney Almeida, e a segunda fase já com a assessoria do professor. Uma das ações importantes do

GT, ainda na sua primeira fase nos anos de 2008/2009, foram a sistematização de um quadro referente aos estados e municípios que possuem legislação acerca da implementação do Serviço Social na Educação, bem como dos projetos de Lei que estavam tramitando. Essa atividade continua em curso e o CFESS já fez nova solicitação para os CRESS atualizarem esses dados em suas regiões. O quadro completo será apresentado no Seminário Nacional de Serviço Social na Educação, neste ano.

Também em 2008/2009 o GT solicitou aos CRESS's que atuassem no sentido de corrigir em PLs que apresentavam incorreções, tais como a identificação do Serviço Social com a política de **assistência social**¹³ (como acontece com o PLC 60/2007, que “Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica”). Bem como a necessidade da ampliação da concepção de “Serviço Social Escolar” para “Serviço Social na Educação”, afastando-se assim de entendimentos próximos à qualquer compreensão de um profissional “especialista” naquela área (o que diverge da formação de caráter generalista que existente no Serviço Social) e não limitando o Serviço Social apenas a instituições escolares (o que deixaria de fora uma gama enorme de outras possibilidades de inserção profissional para além da educação formal).

A segunda fase do grupo de trabalho se inicia em 2010/2011, quando o GT passou a contar com a assessoria do professor Ney Almeida. A partir de então foi elaborada uma metodologia de pesquisa que envolveu as seguintes etapas: (a) produção de roteiro para levantamento da inserção dos/as assistentes sociais na educação no Brasil; (b) elaboração de ficha de identificação para mapear em quais modalidades da educação o assistente social está inserido; (c) produção de um roteiro para orientar a discussão do Serviço Social na Educação nas regiões; (d) levantamento das produções teóricas, entre o período de 2000 a 2010, acerca da temática, na Revista Serviço Social e

¹³ Grifos meus.

Sociedade e nos anais dos CBAS 's; e (e) produção do documento “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação”, para servir de base e de análise durante a realização de debates estaduais e municipais em 2012.

Nos Encontros Nacionais CFESS/CRESS de 2010 e 2011 foi deliberada a continuidade dos trabalhos do GT de Serviço Social na Educação com vistas a: provocar a realização de debates estaduais e municipais a partir do documento “Subsídios”; acompanhar e monitorar a tramitação dos PL 's em nível federal, estadual e municipal e fazer incidência política para aprovação de seus conteúdos; organizar em 2012 o “Seminário Nacional do Serviço Social na Educação”, antecedido de debates regionais; atualizar bibliografias e pesquisas sobre o tema; incentivar a criação e/ou a continuidade das comissões/núcleos/GT's sobre Serviço Social na Educação junto aos CRESS's, estimulando a sistematização das experiências; e publicar um documento final que incorpore as discussões regionais e nacional sobre o documento “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação” com o objetivo de apresentar a construção coletiva até o final do segundo semestre de 2012. Todas essas responsabilidades postas ao GT estão em andamento e dentro do nosso planejamento

3.3) O documento “Subsídios” e cada um de seus capítulos principais:

O documento “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação” está dividido em seis partes principais. A primeira delas apresenta um pouco o histórico do debate sobre Serviço Social na educação dentro do Conjunto CFESS/CRESS. Através de um esforço de sistematização, são recuperados neste capítulo os principais momentos e deliberações que materializaram as discussões acerca do Serviço Social na Educação no Conjunto e que desembocaram na criação do GT e em seu trabalho concreto em curso.

Abaixo seguem alguns dos momentos de singular importância recuperados neste histórico:

- 2001: É no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) deste ano, realizado no Rio de Janeiro, que passou a existir uma sessão específica em torno da temática da educação. Nos CBAS's nos anos anteriores as apresentações de trabalhos que abordavam o Serviço Social na educação existiam, mas, sem uma sessão específica, eram diluídas nas demais sessões dos Congressos.
- 2001: o CFESS constrói a brochura “Serviço Social na Educação” (sendo esta ainda uma das principais referências atuais de produção sobre o tema).
- 2004: o professor Ney Almeida finaliza e apresenta seu parecer – este solicitado pelo CFESS – intitulado “Parecer sobre os projetos de Lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação” sobre os projetos de lei que versavam sobre a inserção do/a assistente social na área de educação.
- 2006: há, no 35o Encontro Nacional CFESS/CRESS, a deliberação pela criação do GT de Serviço Social na Educação do Conjunto.
- 2010-2011: ocorre o início da elaboração do documento “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação”.

Noutro capítulo do documento “Subsídios”, denominado de “Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos assistentes sociais”¹⁴, é apresentada uma profunda análise teórico-política acerca dos condicionantes macro-estruturais que, em tempos de neoliberalismo, dão formas específicas à política educacional em curso no nosso país. É neste processo que o assessor do GT, o professor Ney Almeida, problematiza a inserção crescente de assistentes sociais na esfera pública

¹⁴ Este texto configura-se uma versão resumida e modificada de parte da tese de doutoramento do autor. Cf. ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Educação e infância na cidade: dimensões instituintes da experiência de intersetorialidade em Niterói. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF. Niterói: UFF, 2010. (mimeo).

voltados para atuar junto ao campo educacional e as contradições inerentes a este movimento.

Para Almeida (CFESS, 2011, p.12), a “educação, organizada sob a forma de política pública, se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista”. Não por acaso, ainda segundo o autor (Idem, p.14), são os organismos multilaterais que vêm dando a direção da educação no mundo e que influenciaram e influenciam decisivamente a política de educação no Brasil, tais como: Banco Mundial, Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), Prog. das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

“Deste modo, pensar a inserção dos assistentes sociais na área de educação nos coloca o desafio de compreender e acompanhar teórica e politicamente como que as requisições postas a este profissional estão articuladas às tendências contraditórias da política de educação (...) diante de um cenário em que a realidade local encontra-se cada vez mais imbricada com a dinâmica de mundialização do capital.” (Almeida, 2001, p.25)

No capítulo “Orientações e proposta de minuta para a elaboração de projetos de lei que regulamentem a inserção dos/as assistentes sociais na educação básica” há um modelo de lei municipal que dispõe, na perspectiva que defendemos, sobre a inserção de profissionais da área de Serviço Social e de Psicologia nas escolas públicas municipais de educação básica para

ser utilizado por coletivos sociais organizados, no sentido de pressionar o poder público, naquelas regiões onde ainda não há projeto de lei ou lei publicada ou tramitando sobre este tema.

Já no item “Levantamento bibliográfico sobre “Serviço Social e educação” uma listagem de 21 referências bibliográficas que abordam o Serviço Social e suas relações com o campo educacional é apresentada neste capítulo. Tal listagem inicial será adensada com diversas outras bibliografias após o término do levantamento que cada CRESS está fazendo em sua região. O material final irá compor a última versão do documento.

O capítulo “Levantamento sobre o trabalho do/a assistente social na educação” é um dos mais densos. A partir de um amplo processo de pesquisa, o GT, via questionários virtuais, coletou junto a assistentes sociais atuantes no campo da educação espalhados por todas as regiões do país diversas informações acerca do exercício profissional nesta área e de que modos o assistente social compreende sua intervenção. A pesquisa buscou captar algumas apreensões principais, tais como: as concepções de profissão e de educação que orientam o trabalho do assistente social; as formas de inserção deste trabalho nas instituições; as condições de consolidação do projeto ético-político profissional; as particularidades das ações desenvolvidas; dentre outras.

Tomando como base determinados eixos de análise, o tratamento procedido pelo GT aos dados obtidos resultou em um material inédito que permitiu verificar os avanços e retrocessos que conformam o trabalho do assistente social nos dias atuais em âmbito nacional.

Por fim, no capítulo “Reflexões para subsidiar o debate da atuação do/a assistente social na área de educação”, assessor do GT elaborou, a partir dos dados obtidos com a pesquisa, um texto para subsidiar as discussões sobre a atuação dos assistentes sociais na educação, apontando uma série de temas centrais para que o debate se desenvolva com a devida qualidade e em consonância com nosso projeto ético-político. Segundo Almeida:

As reflexões sobre a atuação do/a assistente social no campo educacional devem (...) articular o acúmulo teórico-crítico do Serviço Social em relação ao campo das políticas sociais e dos direitos sociais, das competências e atribuições privativas previstas na Lei de Regulamentação da Profissão com as particularidades da política educacional. (2011, p.57)

Almeida, neste capítulo, cita três destas dimensões fundamentais para a reflexão do trabalho do assistente social na educação, a saber: (1) a concepção de educação que deve orientar a dimensão pedagógica do trabalho do Serviço Social de acordo com o projeto ético político profissional; (2) a caracterização da inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, considerando as particularidades do trabalho do assistente social no âmbito educacional; e (3) a inserção do Serviço Social no campo educacional nos processos de trabalho coletivos em equipes multidisciplinares, na perspectiva do trabalho interdisciplinar e na formação/assessoria a outros educadores.

4 – Considerações Finais

Importa ressaltar, ainda, que os debates regionais promovidos por cada CRESS's tomaram como base para orientar as discussões e reflexões junto aos participantes (subdivididos em pequenos grupos) principalmente os dois eixos a seguir:

Eixo 01 - a concepção de educação que norteia o trabalho do assistente social de acordo com o projeto ético-político profissional.

Eixo 02 - considerando o trabalho do assistente social na educação, como tem se dado a intervenção profissional contemplando:

- (a) Garantia do acesso da população à educação.
- (b) Garantia da permanência da população nas instituições educacionais.

(c) Garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional.

(d) Garantia da gestão democrática e participativa na política de educação.

Por fim, destacamos que o documento “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação” receberá as contribuições oriundas destes debates estaduais que, após serem sistematizadas pelo GT e apresentados no Seminário Nacional de Serviço Social na Educação, configurarão um documento de referência, construído coletivamente, e que materialize o que entendemos como diretrizes para o Serviço Social na Educação na contemporaneidade.

Repetindo e encerrando com a excelente frase que inicia o manifesto do Fórum em Defesa da Educação Pública do Rio: “não é mais possível esperar ou ficar parado”.

Referência bibliográfica:

CFESS, Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília, 2011.
(mimeo)

9. Oficinas temáticas: texto base para problematização e síntese dos eixos temáticos

Eixo 1: A concepção de Educação que norteia o trabalho do Assistente Social e o Projeto Ético-Político Profissional

*Autora: Prof. Dr^a Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira*¹⁵

*Relatora: Prof. Dr^a Nanci Soares*¹⁶

A partir das respostas sistematizadas no documento “Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação” elaborado pelo GT de Educação do CFESS, compreende-se que a concepção de educação que fundamenta o trabalho do assistente social nesta área está nucleada em três dimensões: uma voltada para as legislações sociais (com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases – LDB e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA); outra alicerçada nos fundamentos teóricos de autores que são referência para a formulação da concepção de educação que orienta o trabalho profissional; e por fim, uma terceira dimensão que compreende a educação como direito social, destacando a interface da educação com outras políticas públicas.

Associado a esta compreensão de educação, considerando o atual sistema educacional brasileiro e o agravamento da questão social, concordamos com SAVIANI ao afirmar que:

“ [...] a partir da perspectiva histórico-crítica, alarga-se o conceito de educação e entende-se que as dificuldades de

¹⁵ Livre Docente (2010) pela UNESP- Universidade Estadual Paulista e atualmente docente do Curso de Serviço Social e Coordenadora da Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Campus de Franca/SP; coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Formação Profissional em Serviço Social e tutora do Grupo de Educação Tutorial – PET Serviço Social. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação – GEPESS.

¹⁶ Docente pela UNESP-Universidade Estadual Paulista e atualmente docente do Curso de Serviço Social e Coordenadora do Departamento de Serviço Social da UNESP/Campus de Franca/SP; Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação – GEPESS.

¹⁷ SAVIANI, Dermeval. Problemas sociais e problemas de aprendizagem. Educação e questões da atualidade. São Paulo, Cortez, 1991 (Coleção Hoje e Amanhã).

aprendizagem não são uma questão apenas pedagógica, mas são uma questão social. E, sendo uma questão social ela tem de ser enfrentada através de determinadas técnicas sociais correspondentes ao tipo de problema social aí implicado. Assim, à medida que as dificuldades de aprendizagem não são uma questão meramente pedagógica mas configuram uma questão nutricional, uma questão psicológica, uma questão de saúde e assim por diante, então agir educacionalmente como respostas a estes problemas é agir trazendo a contribuição dos nutricionistas, dos médicos, dos psicólogos, dos assistentes sociais e assim por diante.”

As diferentes manifestações da questão social que rebatem na educação, especialmente no cotidiano escolar, e que interferem diretamente no processo educacional do estudante, compreendido como sujeito social, devem se constituir num fórum permanente de estudos e debates, envolvendo todos os profissionais que atuam na educação.

Especificamente em relação ao assistente social, enquanto um profissional que atua diretamente nas múltiplas expressões da questão social, sua intervenção está comprometida com o desenvolvimento de ações/estratégias voltadas para o enfrentamento das problemáticas que rebatem na educação.

Para que esta ação profissional se efetive, em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social, é fundamental compreendermos e discutirmos qual a concepção de educação que baliza o trabalho profissional do assistente social na área. Assim, um primeiro questionamento que se apresenta neste fórum de discussão é: quais são os autores que os assistentes sociais estão “dialogando” para a construção da sua concepção de educação? Como estão se apropriando do que já existe de produção na área elaborada pelos próprios assistentes sociais?

Torna-se fundamental estabelecer uma interlocução fecunda e crítica com autores que concebem a educação na mesma perspectiva do que está preconizado na direção social da profissão, ou seja, de uma educação emancipadora.

Outro questionamento que deve suscitar o debate nesta construção de uma concepção de educação é a de que quem são os parceiros dos assistentes sociais, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que atuam na área da educação? Com quais profissionais os assistentes sociais estão estabelecendo parcerias, construindo projetos, propostas de trabalho? Quais são os pontos de afinamento teórico-político e quais são os que ainda se configuram como desafios para uma concepção de educação mais totalizadora, que efetivamente compreenda o estudante como sujeito do seu processo de formação educacional?

Tais questionamentos, dentre outros que emergem cotidianamente dos espaços profissionais, devem se constituir numa agenda permanente para um debate qualificado do trabalho profissional, numa perspectiva interdisciplinar, na área da educação.

Inegavelmente, o Serviço Social já assumiu esta desafiadora tarefa através do debate comprometido e consolidado que vem travando neste importante lócus de ação profissional. Que a materialidade das discussões travadas neste Eixo possam contribuir e compor com este histórico e expressivo evento – o I Encontro Estadual de Serviço Social na Educação.

Relatório da Oficina Temática - Eixo 1

Inicialmente a mediadora do grupo solicitou que todos os participantes se apresentassem de forma sucinta dizendo apenas o nome e local de trabalho e posteriormente apresentou a metodologia da oficina.

A mediadora apresenta um texto provocativo e recupera algumas informações sobre a pesquisa realizada pelo GT Educação do CFESS e que

estão contidas no Documento: Subsídios para o debate sobre Serviço Social na educação, destacando que a concepção de Educação, de acordo com os Assistentes Sociais que atuam nesta área está dividida de três formas:

- . Legislação: o assistente social deve conhecer a legislação, pois é fundamental, principalmente a LDB e o ECA;
- . Conhecer os autores (educação) que servem de referência. Provocação: O que tem estudado da educação? Quais os autores? Onde estamos buscando a base que fundamenta a educação emancipadora?
- . Compreensão de direito social: provocação: Qual a concepção que orienta o trabalho do Serviço Social emancipador? Quem compõe como Serviço Social? Ou Quem são nossos parceiros?

Após as reflexões realizadas pela mediadora e os questionamentos foi aberto o debate aos participantes do grupo.

Destacamos a seguir as contribuições dos participantes, ressaltando que havia um grande número de participantes e todos interessados em expor suas opiniões, porém não houve tempo suficiente para ampliar a reflexão.

- Salienta que é peculiar aos Assistentes Sociais a luta, considerando a efetivação do nosso audacioso projeto ético-político profissional. Construir uma concepção de educação coerente com este projeto profissional também faz parte da nossa luta. Precisamos encontrar parceiros, não só o Assistente Social, mas outros profissionais, entre eles os educadores que possuem a mesma concepção de homem e de mundo, pois a concepção de educação está estreitamente vinculada à perspectiva ideológica dos sujeitos sociais. Desta forma é um erro os Assistentes Sociais 'se fechar' na própria categoria, é preciso ampliar a concepção crítica de sociedade e de educação.
- A concepção de educação para estar de acordo com o projeto ético político do serviço social, precisa ter uma visão de sociedade pautada na igualdade e não na visão de educação individualista, e de uma sociedade injusta. O saber esta nos vários grupos da sociedade. Não é o saber formal. Muitas vezes o saber formal só reproduz.

- Foi citado como autores utilizados para pensar a concepção de Educação: Karl Marx; Maria Lúcia Barroco, que traz a concepção crítica da realidade e com ela podemos pensar a concepção crítica da educação. Também foi citado Paulo Freire
- Houve a exposição de experiências vivenciadas pelos Assistentes Sociais no trabalho desenvolvido na educação demonstrando a angústia sentida pelos profissionais, pois há uma necessidade de “dar respostas imediatas” e muitas vezes o Assistente Social não sabe como agir. Refere-se à dificuldade de fazer uma reflexão teórica no cotidiano da prática profissional, desta forma, muitas vezes, não analisamos que a atividade profissional somente não caracteriza o trabalho profissional. É importante reconhecer que os problemas desta sociedade não são apenas nossos, é preciso que todos lutem por uma sociedade mais justa.
- O grupo destacou também que apesar dos avanços no acúmulo teórico da profissão, ainda existe a visão do Assistente Social como “uma pessoa religiosa, boazinha, uma visão assistencialista”. O Assistente Social precisa lutar para superar esta visão que ainda persiste em diversos espaços sócio-ocupacionais. Inclusive a concepção de assistência social na perspectiva de Direito ainda é muito frágil.

É importante criar o espaço do Serviço Social, nas questões também preventivas, com o aluno e com toda comunidade escolar. Temos que mostrar nossas atribuições, muitas vezes de mediador. Temos que mostrar o trabalho do Assistente Social.

- Importante que os Assistentes Sociais saibam qual a concepção de educação que os outros profissionais presentes no ambiente escolar possuem. A concepção tem de ser pautada na liberdade, autonomia, não na educação bancária, esta concepção está falida. Os programas e projetos, muitas vezes, vêm prontos para o assistente social, e geralmente não estão pautados na liberdade e na autonomia e ninguém questiona. Portanto, não devemos somente trabalhar, precisamos refletir sobre a nossa prática.

- importância da atuação do Assistente Social estar pautada no projeto ético político, principalmente nos princípios de liberdade e autonomia; também trabalhar na perspectiva da interdisciplinaridade, garantindo a especificidade da nossa profissão e trabalhar em rede.
 - Relato de uma experiência profissional – a assistente social trabalha na escola há um ano. É responsável por 24 escolas. Trabalha junto com um psicólogo. O referencial teórico esta pautado no Paulo Freire.
 - Foi apontada a dificuldade dos professores também estarem pautados em uma concepção crítica de educação.
 - Dificuldade também indicada, o imediatismo, a necessidade de dar respostas imediatas, conforme os professores solicitam, desta forma não há possibilidade de refletir sobre a prática profissional desenvolvida, fica difícil trabalhar desta forma.
- * Ressaltamos que o debate foi rico e foi consenso do grupo a necessidade de ampliar estas oportunidades da socialização, da reflexão, pois o tempo foi insuficiente.

Eixo 2: Atribuições e competências do Assistente Social: a intervenção profissional e a garantia de acesso e permanência da população a educação formal e as instituições educacionais

Autora: Prof. Juliana de Carvalho Pimenta¹⁸

Relatora: Jaíne Proença¹⁹

Refletir sobre a questão do acesso e da permanência dos estudantes na política pública de educação na realidade brasileira inevitavelmente pressupõe uma

¹⁸ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Docente do curso de Serviço Social do Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos, assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – campus Barretos.

¹⁹ Estudante de Serviço Social (UNESP-Franca/SP) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação – GEPESS. E-mail: jaineproenca@yahoo.com.br

análise para além da questão proposta tendo em vista que os resultados positivos e negativos observados dizem respeito a um contexto histórico, político e ideológico que produz seus reflexos no cotidiano das escolas independente do nível ou modalidade de ensino.

É impossível desconsiderar que a política pública em questão em sua trajetória “revela uma intensa disputa de classes no tocante à garantia de acesso à educação escolarizada”²⁰. Foco de recorrentes bordões em campanhas políticas sensacionalistas utilizadas de forma unânime por todos os partidos e lideranças políticas do país, independente da proposta de governo ou concepção de educação pública, nas últimas décadas vem mostrando mediante os resultados questionáveis das escolas públicas o real interesse e investimento dos governantes deste país no que diz respeito à educação da população que depende da escola pública. (ALMEIDA, 2012, p.50).

A luta pela democratização do acesso tem uma longa trajetória e contou com o envolvimento de movimentos organizados da sociedade civil e também de intelectuais preocupados com os rumos da escola pública que durante muito tempo atendeu aos interesses da elite poderosa do país.

Aos poucos o anseio pela abertura de novas escolas e aumento de vagas ofertadas aos filhos da classe trabalhadora ocorreu ao mesmo tempo em que a elite brasileira retirava seus filhos da escola pública para inseri-los na rede privada de ensino que se fortalecia em um terreno politicamente favorável.

O processo de democratização do acesso ocorreu sem a real preocupação em atender sua demanda de forma eficiente “revelando ao longo da história um alto índice de evasão e repetência escolar, principalmente nas camadas mais empobrecidas”²¹. (PIMENTA, 2009, p.22).

²⁰ ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Reflexões para subsidiar o debate da atuação do/a assistente social na área da educação. In: Subsídios para o debate sobre serviço social na educação. CFESS – GT de Educação. Brasília, 2011.

²¹ PIMENTA, Juliana de Carvalho. A prática profissional do assistente social na área da educação: a experiência do município de Franca junto ao ensino fundamental. 2009. Dissertação (Mestrado em serviço social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

Durante muito tempo os resultados obtidos pela escola pública serviram para legitimar o discurso de que o problema estaria na incapacidade da criança pobre aprender os conteúdos escolares. Pouco se discutia sobre a quantidade de alunos em sala de aula, a competência pedagógica do professor, o modelo de gestão escolar, as constantes mudanças de métodos e propostas pedagógicas, o baixo investimento financeiro, a qualidade do material didático entre outros aspectos.

Nas últimas décadas a partir da aprovação da lei de nº 9394\96 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB presencia-se novos rumos à educação pública brasileira alinhada aos interesses dos organismos internacionais. A principal preocupação naquele momento histórico era o alto índice de analfabetismo, repetência e evasão escolar. A LDB ofertou o alicerce para que as mudanças necessárias ao alinhamento proposto fossem realizadas. Contraditoriamente trouxe avanços significativos em alguns aspectos nos diferentes níveis de ensino.

Um dos avanços trazidos pela LDB é a inserção da educação infantil na educação básica. A partir de então as crianças de zero a três anos e onze meses poderão mediante interesse de seus responsáveis inserir-se na educação infantil em instituições especializadas ampliando o conceito de creche para uma perspectiva não só de cuidado, mas sobretudo de educação.

Entre quatro e cinco anos deixam a creche e são inseridas em instituições de educação infantil. A partir dos seis anos são inseridas no ensino fundamental que passa a ter nove anos de duração.

A responsabilidade pela educação infantil é dos municípios e o reconhecimento da creche como direito da criança e opção da família embora garantido em lei não conseguiu garantir o acesso a todos que solicitam a matrícula.

Para agravar o problema muitos municípios recorrem a estratégias diversas para eximirem-se de tal responsabilidade. Na atualidade presencia-se a parceria com entidades assistenciais que se responsabilizam pela

administração da entidade mediante subvenção municipal. Existem municípios que ao invés de construírem suas creches oferecem bolsas para que as mães matriculem seus filhos em escolas particulares.

O respeito à perspectiva de direito da criança nestes casos dá lugar à seleção com critérios estabelecidos de renda, trabalho, entre outros.

O principal problema apontado pelos municípios frente a dificuldade de cumprir com sua responsabilidade no tocante a demanda pela creche está no orçamento da política pública de educação que ampliou a rede da educação básica sem a mesma proporção de aumento de investimento.

Ao assistente social são lançados inúmeros desafios entre eles o de buscar estratégias que efetivamente respeitem o direito da criança tendo em vista que o número insuficiente de vagas ofertadas deixa explícita a necessidade de socorro prioritário às crianças e/ou famílias que se encontram em vulnerabilidade social.

Em relação ao ensino fundamental observam-se outros desafios. Esta etapa de ensino é a única considerada obrigatória e no presente seu acesso praticamente universalizado. No entanto o desafio enfrentado na atualidade encontra-se na garantia de qualidade do ensino e conseqüente permanência dos estudantes até o término desta etapa de ensino. Estudos recentes demonstram que apenas 70% dos alunos que iniciam o ensino fundamental conseguem concluí-lo, muitas vezes com inserção na educação de jovens e adultos.

Se há tempos presenciávamos a culpa pelo fracasso escolar sendo dada ao aluno pobre pela sua incapacidade em apreender os conteúdos escolares, na atualidade vê-se parte da responsabilidade sendo transferida à família.

No ensino médio, última etapa da educação básica observa-se que tanto o acesso quanto à permanência e o sucesso escolar estão comprometidos. Outra aspecto que merece destaque nesta etapa é o ensino profissionalizante que absorve parte dos estudantes com altíssimo índice de evasão escolar observado em alguns casos pela dificuldade em acompanhamento dos conteúdos ministrados dada fragilidade da formação no ensino fundamental.

Esta dificuldade também é observada no ensino superior que recebe cada vez um número maior de alunos principalmente na rede privada de ensino graças aos programas de assistência estudantil.

A partir destes apontamentos este grupo deve destacar a partir de suas experiências cotidianas:

- Quais as atribuições e competências do assistente social junto à política de educação?

- Em que medida estas ações estão articuladas com a luta pela garantia do direito ao acesso, permanência e sucesso escolar?

- Com quais parceiros o assistente social pode contar?

- Quais os desafios enfrentados na implementação das ações desenvolvidas?

Relatório da Oficina Temática - Eixo 2

Aos dias trinta e um de março de dois mil e doze, foi realizado na cidade de São Paulo, o I Encontro Estadual de Serviço Social na Educação “Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do projeto ético-político”. O encontro em sua programação contou com a realização de oficinas que se dividiram entre cinco eixos.

O eixo 2, intitulado “Atribuições e competências do Assistente Social: a intervenção profissional e a garantia de acesso e permanência da população a educação formal e as instituições educacionais”, teve como mediadora a profissional de Serviço Social e pesquisadora, Juliana de Carvalho Pimenta, doutoranda da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP - campus de Franca e contou com trinta e dois participantes, dentre eles quatro estudantes e vinte e oito profissionais de Serviço Social.

A oficina se iniciou com uma breve apresentação dos presentes e neste primeiro momento pode-se perceber que a maioria dos profissionais atua na área da educação, e em seguida teve a escolha de um coordenador para

fazer a apresentação de uma síntese, do que o grupo discutiu, no momento da plenária. A escolhida foi a profissional Elina Adriana Lima.

A mediadora Juliana alertou para que durante as reflexões esse grupo ficasse atento à temática do eixo escolhido por eles, pois outros aspectos seriam debatidos nos demais eixos pelos outros participantes. Justificou o alerta pelo pouco tempo que não permitiria abranger todos os aspectos que envolvem a atuação. Portanto a discussão deveria se nortear na intervenção profissional e na garantia de acesso e permanência a população a educação formal e as instituições educacionais.

Após estas considerações, a mediadora fez a leitura do documento elaborado para instigar à discussão do grupo. Já no momento da leitura houve considerações feitas pelos participantes quanto há alguns assuntos abordados no texto, sendo elas: os problemas vivenciados nas escolas quanto à precariedade e rotatividade de professores; a forte idéia que ainda existe de culpabilizar o aluno pela sua dificuldade de aprendizado; a necessidade de as escolas serem laicas e também de garantir a qualidade dos serviços prestados; a questão do dinheiro público sendo investido no privado; a constante procura de culpados para o fracasso escolar onde o alvo principal é a família; progressão continuada que ao produzir analfabetos funcionais não permite o avanço dos seus alunos e por fim a questão dos investimentos do governo federal, que vem investindo no PROUNI, levando o aluno ao ensino superior sem este ter tido uma qualidade na educação básica, não tendo assim uma continuidade na sua formação, uma construção de conhecimento, tendo em vista somente a quantidade e não a qualidade.

A partir destes primeiros apontamentos a mediadora abriu para o debate fazendo algumas indagações aos participantes e assim passando a palavra aos mesmos. A primeira colocação levantada foi quanto à formulação do eixo que aborda a garantia de acesso e permanência da população a educação formal e as instituições educacionais. Foi questionado por um profissional se o sucesso também não deveria estar em discussão neste eixo, justificando que

o mesmo se daria através da conexão do projeto pedagógico da escola com a população a qual ele atende, sendo assim, foi proposto que além da atribuição do Serviço Social ter que garantir acesso e permanência, também deveria lutar pelo sucesso escolar, onde seria possível o assistente social articular com os professores uma nova forma de olhar para os alunos, já que para a existência do sucesso é necessário que o aluno sinta-se conectado com a escola, tendo um sentimento de pertencimento da mesma, diferente deste modelo arcaico de educação que leva o aluno a um total desinteresse.

Após estas considerações foi analisado que este assunto poderia ser mais bem discutido no eixo 1, já que o sucesso pode ser visto tanto como um futuro profissional, como também como educação emancipadora, são várias as concepções do mesmo, e no eixo 1 estaria sendo discutido a concepção de educação, o que casaria com tal assunto, mas não deixaria de ser bem vindo também neste eixo.

Para uma melhor organização das discussões, a mediadora Juliana consultou os participantes para que juntos pudessem decidir como avançar na discussão, se dividiria ou não em níveis de ensino as explicações, mas a maioria optou por fazê-la de forma geral. A próxima questão levantada foi sobre a participação dos assistentes sociais nos conselhos (CMDCA, Conselho de Educação, entre outros) e a necessidade de os mesmos se articularem com parceiros do sistema de garantia de direitos, tomando posse destes espaços, levantando debates sobre a qualidade da educação e também, por exemplo, sobre o número de vagas que não condiz com a demanda.

Outro acontecimento relatado pelos profissionais e estudantes, foi quanto a falta de concursos públicos para professores e por isso a conseqüente contratação e terceirização de profissionais, ocasionando assim a não continuidade no trabalho dos mesmos, gerando muitas dificuldades, tanto na educação infantil, quanto na educação fundamental. Encontram-se aqui dois aspectos, a questão do acesso e também da qualidade, onde o assistente social tenta muitas vezes encontrar o problema do aluno que a escola encaminhou

para atendimento, sem analisar que este é estrutural (material pedagógico, espaço físico, desvalorização do professor), não tendo a visão de que está dentro da escola. Portanto, o assistente social deve procurar parceiros, como já dito, em conselhos para que se provoque uma discussão ampliada na cidade, levando à população que o problema não é só a educação em si, mas é de Política Pública, de Estado, de Governo.

Outra questão discutida foi à evidência que está sendo posta quanto ao aumento da evasão escolar e como o assistente social pode agir estrategicamente nestas situações. Algumas colocações foram feitas como a inclusão do aluno na assistência estudantil e a elaboração de grupos com alunos bolsistas para discussão de temas pertinentes. Um exemplo citado foi o atendimento de qualidade para alunos de Liberdade assistida, onde este já é rotulado ao entrar na escola e a mesma o quer ver fora. O assistente social nestes casos rema contra a maré defendendo o direito a educação destes alunos. Assim o que deve ser buscado pelo Serviço Social é mudar o foco do aluno evadido, este que tem o seu interesse quase sempre na busca de um emprego, sem notar a possibilidade de seu futuro se dar através da educação, atuando sempre na perspectiva de direitos, mesmo com as dificuldades encontradas que engessam sua atuação e sem desconsiderar também que para a escola é uma grande dificuldade atuar nestes casos.

O próximo assunto trazido foi quanto à dificuldade que o assistente social da Secretaria da Educação tem em atender um número muito alto de escolas, e em conseqüência disso seu tempo não atender às necessidades da realização de um trabalho contínuo em cada uma delas. Neste momento atentaram também para a questão de se conseguir lutar por um trabalho sistematizado e interligado a uma rede socioassistencial que funcione.

Outra preocupação dos profissionais foi com a ideia que perpassa na sociedade de que o trabalho é sempre prioritário, o “ganhar” é o que define a profissão de muitos, não tendo esclarecido a importância de uma educação de qualidade. Existe a questão do espaço, da falta de qualidade, mas tem que

se pensar principalmente na estrutura, é a estrutura da Política Educacional que é falha, o problema está na base que não prioriza a educação.

Em seguida entrou a discussão sobre a escola ainda ter um modelo arcaico, e os alunos não sentem interesse pela escola devido a isso. Quanto aos alunos de Liberdade assistida, eles têm o direito de estarem dentro das escolas, se esse direito, que está incluso na medida socioeducativa, for negado deve entrar imediatamente no Ministério Público. Mas além de incluí-lo, deve ser também pensado em como mantê-lo dentro da escola, sendo para isso necessário um trabalho com vários atores. Outra análise foi quanto a progressão continuada, na qual propõe a realização do reforço escolar ao aluno, mas na realidade, este está sendo realizado de maneira caótica, onde as matérias não são ministradas por professores específicos da área, percebendo assim, que a questão cerne disso é estrutural, onde tudo é muito precário.

Em consequência a essas discussões, uma profissional de Serviço social que atua na assistência fez um questionamento à evasão escolar, a qual segundo ela decorre de várias outras expressões da Questão Social e não somente dentro dos muros da escola, pois o que o aluno vivencia na escola, é muitas vezes decorrente de problemas que estão fora (violência domiciliar, fome, tráfico, etc.), fazendo assim uma crítica aos profissionais que não consideram esta interface. Em resposta a este questionamento, profissionais argumentaram que a escola é quem tem essa visão de que o problema está sempre fora, por isso há necessidade de os assistentes sociais pensarem no que está dentro, na estrutura, pois não é somente as expressões de fora que influenciam a vida do aluno, mas também as condições internas, onde muitas vezes não dá conta de atender a esta demanda que chega. É neste momento que o assistente social pode intervir trabalhando com mediações.

Continuando, os participantes passaram a questionar sobre a falta de atuação conjunta dos profissionais de serviço social, pois estes estão sendo chamados a trabalharem aliados a outras equipes, pois, um exemplo é que o mesmo aluno que está com problemas na escola, pode estar também

sendo usuário da assistência, da saúde, da ONG, etc., assim justificaram a necessidade da articulação dos profissionais trabalharem em rede.

Finalizando, os profissionais e estudantes afirmaram a necessidade da escola ser um ambiente atrativo, e também de ser mobilizada a população para a busca coletiva dos direitos. A mediadora Juliana, finaliza pedindo desculpas por não devolver a palavra a algumas pessoas pela falta de tempo e concluindo, fez uma observação quanto às reflexões feitas, estas que foram muito pertinentes e que irão compor material para o Encontro Nacional de Serviço Social na Educação. Como mensagem final, ressaltou o grande desafio posto a todo o momento aos profissionais de Serviço Social, onde as discussões deixaram expresso um pouquinho disso.

Após os agradecimentos, foram entregues os certificados.

Eixo 3: Atribuições e competências do Assistente Social: a intervenção profissional e a garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional

Autora: Priscila Sayuri Goto²²

Relatora: Sonia Maria de Andrade Souza²³

Cabe aqui nesta exposição o desafio de fomentar a reflexão acerca das **atribuições e competências do Assistente Social**, evidenciando as particularidades do trabalho profissional, na **garantia e qualidade** dos serviços prestados pela Política Educacional.

²² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP Câmpus de Franca-SP / Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: pri_sayuri@hotmail.com

²³ Assistente Social da Secretaria Municipal de Educação de Franca-SP e Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na Educação - GEPESSSE.

Quando pensamos em garantia e qualidade de serviços, inicialmente é preciso refletir a respeito da **concepção** que hoje conduz a **educação** em nosso país. Logo, surge a indagação: que educação estamos defendendo? Para que e a quem serve essa educação?

A educação, frente a esse projeto societário de expansão do capital, de exclusão política, econômica e cultural, de “enxugamento das políticas sociais”, assume um caráter mercantil, hierarquizado, fragmentado das demais políticas.

Neste contexto, o que é uma **Educação de Qualidade**?

Não podemos negar as conquistas em relação à legislação em vigor: a atual LDB. No entanto, devemos considerar que a Educação é um campo tensionado por distintos projetos de sociedade, na qual simultaneamente pode-se estabelecer estratégias de **reprodução da ordem vigente**, como também pode-se construir ações educativas num **viés emancipatório, libertador**.

Mediante distintas considerações sobre a educação, surge o questionamento: nosso trabalho profissional se dá (ou tem se dado) na reprodução dos interesses do capital ou nos posicionamos frente à ampliação das lutas sociais na efetivação de direitos e enfrentamento as desigualdades?

Com quem é nosso compromisso enquanto profissional?

A garantia e prestação de serviços de qualidade na área da educação deve partir do desafio real posto não só aos Assistentes Sociais, mas a toda a categoria de profissionais que trabalham cotidianamente nesta realidade.

Consolidam-se questões que ordenam **respostas imediatas** aos profissionais da Educação, exigem propostas de intervenção que busquem transformar tal realidade.

A violência escolar, a negligência e abandono, a vulnerabilidade às drogas, os preconceitos, a ausência ou falta de condições materiais, metodológicas e didático-pedagógicas nas instituições, a precariedade no trabalho dos professores, essas e outras inúmeras questões estão dadas no nosso cotidiano

de trabalho e compete a nós enfrentá-las, na tentativa de assegurar a qualidade nos serviços da Política de Educação.

Frente a essas demandas, de que modo se dá nossa atuação para garantir os serviços da rede educacional nas escolas, creches, universidades, Secretarias Municipais de Educação, ONGs, instituições privadas, etc?

Em destaque, algumas das **possibilidades** e **alternativas** do trabalho profissional do Serviço Social na área da educação seriam:

- Atuação junto aos estudantes, famílias e educadores (seja com atividades voltadas a capacitação de professores, oficinas em grupos temáticos com adolescentes, reunião com pais): no fortalecimento da relação da família, escola e comunidade;
- Dimensão investigativa: realização de estudo socioeconômico-cultural dos estudantes e famílias, contribuindo com a aproximação e melhor compreensão das realidades;
- Interlocução participativa, na mobilização da comunidade escolar, fomentando a participação democrática das famílias nas escolas, nos conselhos, a integração nos processos decisórios;
- Viabilização de meios para acesso e inclusão das pessoas com deficiência;
- Articulação com outras políticas sociais;
- Maior apropriação dos Assistentes Sociais dos espaços políticos de controle social: participação nos Conselhos Municipais, Estaduais, Nacionais.

Sabemos que a **responsabilidade de enfrentamento** a estas demandas pertence a **todos**: sejam profissionais, as famílias, os estudantes, a comunidade. Na tentativa de superação desses conflitos e contradições, nosso **Projeto Ético-Político profissional**, nossa **visão de homem e mundo** e nosso **caráter educativo**, também podem ser fortes aliados no **trabalho interdisciplinar**, buscando ações coletivas, de fortalecimento de todos os profissionais envolvidos com a educação.

A **dimensão política** do Serviço Social, na ação crítica e transformadora pressupõe a **dimensão pedagógica**, na construção de uma nova cultura, dirigida a resgatar e fortalecer relações sociais mais humanizadas.

Com vistas a garantir a qualidade da Política Educacional, o **trabalho sócio-educativo** do Assistente Social comprometido com o Projeto Ético-Político, pode ser efetivado a partir do desenvolvimento de projetos e ações de orientação que estimulem o debate político, o questionamento dos fenômenos apontados, a mobilização, a participação popular e a organização política dos diferentes grupos sociais, oferecendo subsídios a reflexão acerca das políticas públicas e diversos temas que legitimem a formação de sujeitos críticos e de fortalecimento do coletivo.

Mais do que nunca é necessário romper com a visão de '**resolução de problemas imediatos**', buscando ultrapassar os reducionismos, a naturalização e simplificações dos fatos que se apresentam em nossa política, é preciso caminhar **para além das rotinas institucionais**.

Sobretudo, para o Assistente Social, em virtude do seu caráter interventivo, torna-se fundamental a **perspectiva de totalidade**, apreender a realidade dos indivíduos e grupos na sua complexidade histórica, conhecer amplamente as esferas que compõem a vida social.

Tal olhar trará maiores possibilidades na construção de estratégias e alternativas direcionadas a *consolidação da cidadania, em defesa de uma sociedade democrática, de reconhecimento da liberdade como valor central, empenho na busca por autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, ou seja, um olhar diferenciado em consonância com a efetivação do Projeto Ético-Político Profissional.*

Temos clareza de que nosso trabalho profissional é permeado por relações sociais que envolvem a **disputa por poder** e interesses em reproduzir o sistema vigente. Sabemos que muitas vezes os **limites institucionais** nos repreendem e nos coagem em nossa proposta transformadora, no **“despertar” de potencialidades**, na garantia e luta

por uma educação integral e de qualidade para todos.

Refletir sobre o trabalho profissional é um momento de se auto-avaliar: sabendo valorizar as **conquistas, os avanços**, mas também reconhecendo os **aspectos a serem melhorados**. Não devemos nos restringir as falhas, as lamentações, sobre a falta de investimento, as diferenças e conflitos com os outros profissionais, a forma como a política está organizada. É necessário ter “jogo de cintura”, nos momentos recuos e interrupções, apontando para saídas coerentes.

Estar frente ao processo de construção e desenvolvimento de mudanças nas estruturas e valores, lutando pela emancipação, fortalecimento do sujeito coletivo, por uma nova ordem societária, torna-se desafio cada vez mais complexo ao Serviço Social e também a outras profissões que compartilham desses mesmos ideais.

Nos deparamos cotidianamente com pessoas inseridas nesse contexto de **negação de direitos**, que muitas vezes não tem a dimensão da sua própria realidade, que não vem possibilidades de melhorias, de avanços, impregnadas e imobilizadas pela **cultura do consenso**. A população se individualiza cada vez mais, na luta pela sobrevivência, por seus **interesses particulares**, assim nos mais diversos espaços sociais, as pessoas vão constantemente se afastando e se ausentando dos interesses coletivos.

Contudo, é preciso ter clareza e reconhecer que a área da Educação é um campo que possibilita amplo desenvolvimento de ações, pois existem reais condições de se **trabalhar em continuidade**, considerando que o ser humano está em constante processo formativo, de aprendizagem, construção e desconstrução de saberes.

Trabalhar em busca de superação dessa ordem do capital vai além de se viabilizar políticas públicas **de acesso e inclusão**. É preciso provocar a luta política, estimulando o questionamento e o debate capaz de mobilizar as insatisfações, romper com as estruturas tendo como direcionamento a **emancipação política e humana**.

Questionamentos:

Mesmo frente a esse sistema que oprime, que desvia os focos da nossa atuação, de que modo ultrapassar essas barreiras? Como contribuir no debate crítico sobre a Política de Educação? Quais são nossas propostas de enfrentamento? O que é possível? Como fazer a diferença em minha atuação?

No entanto, de que modo atuamos nesse processo conscientização, mobilização e organização política?

Como desenvolver de uma cultura contra-hegemônica, na luta pela democracia e transformação social?

É possível atuar em defesa de uma formação cidadã, por uma educação mais humanizada de divulgação da cultura, arte, música e de fortalecimento das relações humanas e sociais, partindo da concepção de uma educação emancipatória e sociabilizadora?

Relatório da Oficina Temática - Eixo 3

A oficina teve como base o desafio de fomentar a reflexão, perante a garantia e a qualidade dos serviços prestados pela Política Educacional. Pesando a partir da indagação filosófica que conduz a educação hoje em nosso país, destacando que educação estamos defendendo? Para quem e a quem serve essa educação?

Os participantes por serem de diversos locais e regiões, demonstraram uma certa ansiedade em socializar as experiências em busca de respostas, que poderiam contribuir com a sua prática profissional.

Mediante essas distintas considerações sobre a educação, surgem os questionamentos:

- Nosso trabalho profissional se dá na afirmação e reprodução dos interesses do capital ou nos posicionamos frente à ampliação e integração das lutas sociais no que diz respeito a conquista de direitos e enfrentamento das desigualdades?

- Com quem é nosso compromisso enquanto profissionais voltado para a garantia da qualidade, por uma educação mais humanizada de divulgação da cultura, arte, música e de fortalecimento das relações humanas e sociais, partindo da concepção de uma educação emancipatória e sociabilizadora?
- Frente a esse sistema que oprime, que desvia os focos da nossa atuação nas escolas, creches, universidades, Secretarias Municipais de Educação, ONGs, instituições privadas, movimentos sociais? De que modo ultrapassar essas barreiras? Como desenvolver de uma cultura contra-hegemônica, na luta pela democracia e transformação social?
- Como contribuir no debate crítico sobre a Política de Educação? O que é possível? Como fazer a diferença na nossa atuação?
- De que modo atuamos nesse processo de conscientização, mobilização e organização política frente à comunidade, escola e família.
- A busca pela efetivação do trabalho interdisciplinar na articulação das diferentes áreas do conhecimento.
- Romper com a visão de “resolução de problemas imediatos”, buscando ultrapassar os reducionismos, a naturalização e simplificações dos fatos que se apresentam em nossa política.
- Uma postura profissional comprometida em conhecer a amplitude das esferas que compõem a vida social e apreender a realidade na sua complexidade histórica, numa perspectiva de totalidade.

Foram feitas algumas reflexões a partir dos questionamentos que foram levantados:

- Garantia da qualidade da educação desfragmentando o aluno no espaço escolar;
- Aproximação de todos envolvidos no espaço escolar pela luta de melhorias na qualidade que é oferecida pela política de educação;

- A divulgação e estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente no espaço escolar;
- A preocupação em realizar uma análise de conjuntura, rompendo com a prática de trabalhar só por encaminhamento e atendimento individual;
- Sistematização do trabalho do assistente social;
- O cuidado da não culpabilização da família perante as dificuldades apresentadas pelos estudantes na escola;
- A importância da articulação dos profissionais do serviço social com a equipe gestora da escola, fortalecendo o trabalho interdisciplinar.
- A dificuldade da aproximação família-escola.
- A reflexão do profissional na cobrança da participação da família nos espaços da escola e comunidade.
- Conquistar espaços dentro da política de educação: Conselho Escolar, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Projeto Político Pedagógico da Escola, Conselho Municipal de Educação e as Reuniões de Estudos Pedagógicos.
- Articulação do profissional com as políticas públicas. (saúde, habitação, assistência, educação, etc)
- Capacitação dos profissionais para a atuação na Política de Educação, construindo instrumentais e metodologias para esta ação;
- Acreditar na importância da nossa atuação no espaço da educação e nas possibilidades de contribuir para uma educação de qualidade e igualitária para todos;
- O articulação da categoria de profissionais de serviço social, visando a troca de experiências;
- Buscar a efetivação do projeto de lei que inclui o Serviço Social na política de educação.

Propostas sugeridas pelo grupo a partir do questionamento e das reflexões:

- Atendimento, discussão e formação com famílias, professores e gestão escolar;

- Trabalhos preventivos e emancipatórios com as famílias;
- Constituir a formação de grupos de estudos com profissionais da área da educação;
- Capacitação para os profissionais de serviço social na sua atuação na política de educação;
- A criação de ações que favoreçam a escola ampliar o seu olhar sobre o aluno e sua família;
- Ações que favoreçam a melhoria da qualidade na educação (precarização do ensino, falta de recursos, falta de estrutura e falta de financiamento).

Avaliação:

O grupo avaliou que o tempo foi insuficiente para tal discussão, que é necessário dar continuidade a esse processo de trocas, através de e-mail, blogs, grupos, etc. As palavras que finalizaram a oficina: Instigante, produtivo e rico.

Eixo 4: Atribuições e competências do Assistente Social: a intervenção profissional e a garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional

Autora: Thalita Giovanna Büll²⁴

Relatora: Joice Souza Costa²⁵

Participação e gestão democrática na escola: um desafio ético-político do assistente social

²⁴ Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP; Assistente Social em licença sem remuneração da Secretaria Municipal da Educação de Limeira; Docente do curso de Serviço Social do Centro Universitário Italo Brasileiro.

²⁵ Estudante de Serviço Social e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação - GEPESS.

INTRODUÇÃO

O texto que ora apresentamos busca apreender alguns desafios que se colocam ao trabalho do assistente social no campo da educação, no que diz respeito a construção de práticas democráticas e participativas no interior das instituições educacionais.

O material intitulado Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação produzido pelo CFESS em 2011 aponta, a partir de levantamento realizado junto aos municípios brasileiros, as atividades que os assistentes sociais têm realizado no âmbito da política pública de educação. No que diz respeito a garantia da gestão democrática e participativa foram destacadas as estratégias voltadas à articulação com as instâncias de controle social, participação da comunidade escolar através de conselhos escola-comunidade, mobilização de pais e alunos, com ênfase nos grêmios estudantis, fortalecimento das relações com as equipes profissionais e ações interinstitucionais.

Entretanto, mais do que apontar modelos prontos e bem sucedidos de práticas democráticas e participativas, buscamos neste espaço suscitar novas questões, novas perspectivas de análise sobre esta questão.

Abordar esta temática diante do contexto das instituições públicas brasileiras implica estabelecer uma relação com o particular processo de desenvolvimento sócio-histórico do país, considerando a característica autoritária que marcou e ainda marca as relações sociais vigentes.

Deste modo, desvendar tais questões e construir estratégias condizentes com as prerrogativas do projeto ético-político constitui-se como um desafio histórico aos assistentes sociais inseridos neste contexto.

O processo histórico de formação social do Brasil sempre esteve acompanhado por uma cultura política autoritária, a qual esteve presente em todas as etapas do desenvolvimento histórico do país, em uma sucessão de eventos cíclicos, onde passado e presente se misturam, determinando as formas pelas quais se organiza o Estado brasileiro,

como uma forma de garantir a reprodução das relações hierárquicas e de naturalização da divisão da sociedade em classes.

Trata-se de uma sociedade essencialmente patriarcal, estruturada conforme a predominância do poder e do autoritarismo dos homens perante as mulheres, do Estado sobre o povo, do superior sobre o inferior.

As repercussões dessas características se expressam claramente na política social e, particularmente, na forma pela qual a política de educação se organiza atualmente, no aparato institucional e na legislação que a orienta, na disposição arquitetônica das instituições onde a mesma se materializa, nos conteúdos curriculares transmitidos, na formação dos profissionais que atuam neste âmbito, nos processos de avaliação etc.

É inegável a posição estratégica que a política de educação tem ocupado na sociedade brasileira, principalmente no que diz respeito à intervenção do Estado na condução das políticas públicas, com destaque àquelas de corte social.

É inegável, também, que esta centralidade tem expressado, em seu limite, um determinado patamar de sociabilidade, no qual as permanentes transformações na esfera produtiva vêm requerendo, ao mesmo passo, transformações na formação dos trabalhadores, enquanto forma de atendimento às novas exigências do mercado, assim como a formulação de estratégias que garantam a hegemonia de um padrão cultural, no sentido de conferir adesão e legitimidade a este novo modo de produção.

Assim, reconhecendo a contradição fundamental que caracteriza este importante campo da política social, a educação tem sido utilizada como uma das alternativas importantes no sentido de oferecer respostas a estas requisições, qualificando o quadro de pessoal conforme as necessidades impostas pelo capital e garantindo as condições necessárias para sustentação e consolidação das constantes alterações realizadas na base

econômica da sociedade, relacionando diretamente educação e cultura.

A educação é requisitada, então, como um dos instrumentos de difusão da uma cultura dominante, com o objetivo de reproduzi-la e conservá-la, mostrando que o modo capitalista de produzir é também o modo capitalista de pensar, e dele não se separa (MARTINS, 1978).

Neste espaço, buscamos evidenciar que, apesar das intensas disputas entre os distintos projetos societários em torno da hegemonia, os assistentes sociais que atuam neste campo devem buscar construir formas de resistência através de um trabalho educativo, de formação de sujeitos políticos críticos e capazes de decifrar a realidade social onde estão inseridos e de forjar formas de construção de uma cultura própria, que corresponda aos seus anseios e necessidades.

É no marco da articulação entre o projeto profissional hegemônico do serviço social e os projetos societários das classes subalternas que situamos a importância do trabalho realizado pelos assistentes sociais no contexto escolar. Sua contribuição incide diretamente no campo do processo educativo, ainda que não exclusivamente.

É a particularidade da educação, inscrita como política pública, que amplia horizontes à atuação do assistente social. Particularidade esta que coloca a vida cotidiana dos sujeitos do processo educativo muito próximo dos educadores. Em outras palavras, diferentemente das demais políticas sociais, que são acionadas episodicamente, ou quando a situação vivida pelos sujeitos assim os fazem recorrer a estas, os 'usuários' da política pública de educação são atendidos diariamente pela instituição 'escola', estabelecendo um contato muito próximo entre suas vidas e os educadores.

Esta proximidade a que nos referimos pode e deve ser utilizada pelos profissionais da área da educação no exercício de ações que favoreçam processos emancipatórios e libertadores, posicionando-se de maneira crítica e fortalecendo um olhar de ruptura de todos os envolvidos no

processo educativo: famílias, alunos, educadores, comunidade, entre outros.

Torna-se crucial a relação que se estabelece entre a particularidade da política educacional e o exercício profissional dos assistentes sociais neste campo contraditório da política social, no sentido de contribuir com a criação de *formas estratégicas de resistência a estas expressões da dominação e do autoritarismo burguês que incidiram e ainda incidem nesta área*, reconhecendo sua possibilidade em se constituir um espaço de lutas pela construção de uma nova cultura.

Assumimos, assim, a educação como uma forma de enfrentamento das expressões da questão social; enfrentamento, este, que deve ser entendido não apenas como aquisição de conhecimentos para inserção no mercado produtivo, na ótica da empregabilidade, mas sim, como um mecanismo de ruptura com a lógica de produção e reprodução da sociedade capitalista, no sentido de construção de sociabilidades “para além do capital” (MÉSZÁROS, 2005).

Deste modo, considerando tal referencial de Educação, os assistentes sociais podem – e devem – oferecer sua contribuição com todo o processo educativo que se expressa no ambiente escolar, utilizando-se de todo aparato técnico-operativo e do referencial teórico-metodológico no sentido de construção de sociabilidades que superem as formas de exploração e dominação exercidas pelo capital.

O projeto de educação burguesa que assistimos hoje não está descolado de um projeto de sociedade mais amplo, construído em favor de uma classe dominante e que visa a manutenção do *status quo* e a continuidade na formação de uma massa trabalhadora que se reproduza como tal, atendendo aos interesses do capitalismo, não vislumbrando alternativas a esta condição e nem se reconhecendo enquanto classe.

Assim sendo, a luta por outro projeto educacional também não pode estar desarticulada da luta por outro projeto societário, que se coloque

“para além do capital” (MÉSZÁROS, 2005). E é exatamente no espaço escolar, apesar de todas as adversidades, que os assistentes sociais podem – e devem –, por meio de seu exercício profissional, contribuir para a construção de outra forma de sociabilidade, mais justa e igualitária, através de processos educativos amplos, de desocultamento da realidade e de lutas pela construção de outra hegemonia, em consonância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

QUESTÕES AO GRUPO:

O que é uma gestão democrática e participativa?

De que forma estamos construindo nossas experiências no sentido de possibilitar uma gestão escolar mais democrática e participativa? Quais atividades estão sendo realizadas?

Será que efetivamente nossa intervenção profissional tem repercutido efeitos positivos nesse sentido?

Quais as dificuldades para a construção dessas experiências?

Relatório da Oficina Temática - Eixo 4

Ao dia trinta e um de março de dois mil e doze, foi realizado na cidade de São Paulo, o I Encontro Estadual de Serviço Social na Educação “Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do projeto ético-político”. O encontro em sua programação contou com a realização de oficinas que se dividiram entre cinco eixos.

O eixo 04: “Atribuições e competências do Assistente Social: a intervenção profissional e a garantia da gestão democrática e participativa da população no campo da educação”.

A oficina iniciou com a apresentação da mediadora Thalita Giovanna Büll, que afirmou que aquele era um espaço de troca de conhecimentos

e experiências dos profissionais que atuaram ou atuam na área. Assim, propôs que os participantes se dispusessem na forma de círculo, com a finalidade de facilitar o debate, além de solicitar a permissão para a gravação em áudio.

Dessa maneira, os dezenove assistentes sociais e mais três estudantes de graduação em Serviço Social concordaram com a dinâmica proposta e foram apresentados à metodologia da oficina, na qual consistia: o estabelecimento de dez minutos para a apresentação do contexto do trabalho e a escolha de um participante para representar o grupo na plenária, que foi a assistente social Lilian que atualmente trabalha na Secretaria do Trabalho de São Paulo, mas que teve experiências no âmbito da educação, mais vinte minutos para a leitura do texto elaborado pela mediadora intitulado “Participação e gestão democrática na escola: um desafio ético-político do assistente social”, cujo tinha a intenção de provocar o debate diante das questões por ele levantadas, em seguida teríamos quarenta minutos de reflexão sobre o tema, além de mais quinze minutos para o levantamento das propostas, acrescidos de cinco minutos para a concretização da síntese final e mais dez minutos para a revisão das anotações feitas pelo relator, seguida pela a avaliação com do mesmo, constando-se cinco minutos, totalizando assim uma hora e quarenta e cinco minutos.

O texto evidenciava a importância de caracterizar as demandas provindas do campo da educação como um desafio, se reportando a centralidade da Política da Educação, procurando entender as particularidades do exercício profissional do assistente social nesta área dentro do contexto capitalista. Apresentando os desafios da gestão democrática e participativa, já que a sociedade brasileira possui as marcas do autoritarismo, do controle do Estado sobre o povo, isto influenciando diretamente o campo da educação, que serve como instrumento para a justificação e reprodução do poder e da cultura dominante, mantendo assim hegemonia do capital.

Portanto, o trabalho do assistente social se mostra como um campo de resistência na medida em que encara a política educacional como um direito e essencial para a formação de um cidadão político dotado de criticidade, visto que a concepção de educação da profissão se mostra como uma prática libertária e com vistas à emancipação política e humana, culminando assim com o Projeto Ético-Político profissional. Logo, a mediadora suscitou alguns questionamentos: O que é uma gestão democrática e participativa? De que forma estamos construindo nossas experiências no sentido de possibilitar uma gestão democrática e participativa? Quais atividades estão sendo realizadas? Será que efetivamente nossa intervenção profissional tem repercutido efeitos positivos nesse sentido? Quais as dificuldades para a construção dessas experiências?

Posteriormente, uma participante da oficina, estudante de graduação em Serviço Social se manifestou ressaltando a importância do conhecimento das legislações, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), as Leis Orgânicas Municipais e o Estatuto da Escola, além da participação dos profissionais nos conselhos municipais, sendo a participação não deve consistir somente no Conselho Municipal de Assistência Social.

Outra profissional propôs a importância de pensar a política de educação de forma mais ampla, não restringi-la ao âmbito escolar, contudo afirmou que o assistente social, infelizmente é visto pelos professores como mediador de conflitos, que “cuida” dos alunos indisciplinados. Então, houve outra manifestação de dificuldades encontradas diante da Secretaria da Educação, que se mostra inflexível e não comparece nas reuniões convocadas pelos assistentes sociais.

Outra experiência citada foi o caminho sinuoso que é a construção de uma gestão democrática, onde os profissionais encontraram o obstáculo de que as creches não são municipalizadas, ou seja, são

criadas em parceria com a sociedade civil. Outra dificuldade aponta foi a grande demanda frente à uma escassez de profissionais.

Depois, uma profissional ressaltou que o debate representa o fortalecimento da categoria. A gestão democrática e participativa foi entendida como um meio para a efetivação dos direitos, sendo competência do profissional proporcionar à população a direção e a informação dos mesmos. Visto que, a população não se mostra como sujeito de direito ora porque não conhece seus direitos e deveres ora por tratá-los como benesse do Estado.

Contudo, foi alegado o perigo de cairmos em um tecnicismo, se somente considerarmos as legislações. Assim, deve-se usar da mediação para que as informações cheguem aos usuários e assumam um papel importante nas suas vivências, já que o processo educativo não foi considerado como transferência de conhecimentos, mas como uma troca mediatizada pela conjuntura, se reportando à metodologia de Paulo Freire. Logo, acredita-se na educação tanto formal quanto informal, sendo esta indissociável da esfera social.

Outro obstáculo apontado na atuação do assistente social na área da educação foi a troca de gestão municipal, onde a ação pode avançar rumo à direção da gestão democrática ou pode retroceder de maneira que o profissional seja somente chamado a resolver questões de assistência na escola.

Os profissionais concordaram no ponto de que é importante conhecer sobre este espaço sócio ocupacional do assistente social e de como é importante acionar as redes socioassistenciais, além de avançar no desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar. Outro fato levantado foi de como viabilizar a participação dos pais e da comunidade na escola, principalmente, no que se refere aos horários das reuniões, que devem se adequar os sujeitos. Após, foi citado a experiência da cidade de Limeira que conquistou recentemente uma cadeira no Conselho Municipal da Educação.

Portanto, o grupo levantou proposições, tais como: esclarecer junto à população o papel do assistente social, ampliando assim a concepção da profissão, pois muitas vezes ainda é vista sob um cunho assistencialista; atrair a família, a comunidade, os professores e os alunos para os espaços de gestão democrática e participativa, visando desconstruir o mito de que a política é restrita a um segmento social, além de fomentar um canal de comunicação para que os profissionais desta área possam trocar experiências. Diante disso foi sugerida a criação de um blog, sem dispensar a relevância dos encontros a serem realizados e ainda disponibilizar os materiais de apoio utilizados nos eixos temáticos deste encontro. Depois, a mediadora agradeceu a presença de todos e entregou os certificados.

Eixo 5: Serviço Social no âmbito da política de Educação: projetos de lei, , financiamento, históricos e processos de implantação

*Autoras: Paula Bortolan Bocaiuva Forster*²⁶

*Claudia Barreto Salviatto*²⁷

*Relatora: Rosilene Maria Rodrigues*²⁸

Serviço Social no âmbito da Política de Educação: processos referentes à inserção do profissional neste espaço sócio ocupacional.

A Constituição Federal de 1988, no artigo Art. 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada

²⁶ Assistente Social da Secretaria Municipal da Educação - Serviço Social Escolar-Especialista em Gestão de RH - Limeira SP. Email: educação.servicosocial@limeira.sp.gov.br

²⁷ Assistente Social da Secretaria Municipal da Educação - Serviço Social Escolar. Limeira SP

²⁸ Estudante de Serviço Social e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação - GEPESSE. E-mail: n30aty@hotmail.com

com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”; marca a política da Educação como um bem de acesso universal, além de iniciar uma nova proposta de emancipação humana.

A atuação do Serviço Social no campo da educação no município de Limeira/SP iniciou-se em Creches (0 a 5 anos) há mais de quatro décadas. As Creches eram vinculadas ao Centro de Promoção Social Municipal de Limeira (CEPROSOM) - órgão responsável pela gestão da Política de Assistência Social do Município.

Os primeiros atendimentos sociais nas Creches fundamentaram-se na concepção de que a escola não poderia se caracterizar em mais um “depósito de crianças”, oportunizando estudos mais aprofundados sobre o comportamento infantil que caracterizou um modelo diferenciado de creche com relação aos cuidados da criança em todas as dimensões: biológica, cognitiva, emocional e social.

Baseada nas legislações da Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, a Prefeitura Municipal de Limeira cria a Lei Complementar Municipal nº 189, de 17/12/1997 que dispõe sobre a criação de cargos na Administração Pública Direta, em especial na Secretaria da Saúde; na Secretaria Municipal da Fazenda e da Administração; e na Secretaria Municipal da Educação, instituindo o cargo de Assistente Social junto à Secretaria Municipal da Educação.

Em 2000, houve a necessidade do atendimento social dentro de uma Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental - EMEIEF “Aracy Nogueira Guimarães”, situada no Jardim Odécio Degan, periferia da cidade. A qual trabalhava com um projeto pedagógico diferenciado, que enfatizava, sobretudo a conquista da cidadania do aluno e da família, para um desempenho satisfatório e coerente em seu resultado na unidade de ensino e na dinâmica familiar. Daí a oportunidade de se implantar este serviço na Educação Infantil e no Ensino Fundamental,

totalmente integrado a realidade do bairro e da escola. A Secretaria Municipal da Educação disponibilizou uma Assistente Social em tempo integral para trabalhar na escola. Posteriormente, com resultados claros e positivos, outras escolas solicitaram o atendimento.

No ano de 2003 a Coordenação do setor elaborou um plano de ação objetivando expandir a intervenção do Serviço Social em EMEIs e EMEIEFs, contando com um plantão social semanal em 8 (oito) Unidades escolares.

Em 2004 foram contratadas através de concurso público, 4 Assistentes Sociais para atuar exclusivamente em EMEIEFs, contribuindo com a implementação dos processos do Serviço Social nas unidades de forma objetiva.

O município de Limeira já realizou três Concursos Públicos (em 2000, 2004 e 2010), para provimento dos cargos de Assistente Social junto à Secretaria Municipal de Educação, por isso, a atuação do Serviço Social Escolar não se vincula à Política Municipal de Assistência Social desenvolvida por outro órgão municipal. Os Assistentes Sociais prestaram concurso público nos anos de 2000 e 2004 para as áreas da educação e saúde. Já o concurso de 2010 foi para a Prefeitura Municipal sem área definida. Os concursos foram elaborados por uma comissão municipal constituída por membros de diversas secretarias municipais para este fim e contaram também com auxílio de consultoria externa especializada em concursos públicos para a elaboração do perfil profissional dos cargos anunciados incluindo o Assistente Social.

Em 2005 foi aprovado o Plano Municipal de Educação (2005-2015) que insere o Assistente Social em seu quadro como Profissional de Apoio Técnico.

De 2006 a 2012 o setor aumenta seu quadro de profissionais contando atualmente com 37 Assistentes Sociais concursadas, atendendo a crescente demanda gerada pelos impactos da questão social na Secretaria

Municipal da Educação e pagas com verba da mesma, isto é, a verba sai do FUNDEB, dos 40% que deve se destinar a manutenção das Unidades Escolares. Este fator obriga a Secretaria Municipal da Educação através do Setor de Serviço Social Escolar a se justificar ao Tribunal de Contas do Estado alegando a diferença da atuação do Assistente Social na Assistência Social e na Área da Educação, focando a participação dos integrantes da comunidade escolar, inclusão e a aprendizagem do aluno no contexto escolar.

Em 03/03/2011 é homologado o Regimento Interno das Unidades Escolares municipais tendo em sua Sessão VI a seguinte redação: “O setor de Serviço Social se constitui no âmbito da Unidade Escolar com o objetivo de contribuir para a efetivação dos princípios de uma educação escolar emancipatória, atuando com os sujeitos envolvidos no processo educativo, oferecendo respostas profissionais condizentes com a realidade social, econômica, cultural e política onde se insere”. E o Artigo 65 trata-se das competências do Assistente Social nas Unidades Escolares.

Hoje, o Serviço Social Escolar da Secretaria Municipal da Educação é um Setor voltado ao atendimento das unidades escolares através do desenvolvimento de projetos centrados na família, comunidade escolar, capacitação de funcionários, planejamento técnico em equipe e plantão social. A intervenção do assistente social está voltada para a garantia e ampliação dos direitos sociais e se dá tanto pela oferta de bens, recursos e serviços, como pelo exercício de uma ação sócio-educativa, atuando na perspectiva emancipatória, impactando diretamente na melhoria das condições de vida da população. Entendemos que o trabalho do Assistente Social na área da Educação deve pautar-se por seu conceito mais amplo, ultrapassando a dimensão escolarizada.

“O Setor de Serviço Social Escolar não deve ser entendido como um órgão da Assistência Social na Educação. Este Setor constitui-se de profissionais que devem analisar a dinâmica escolar e propor estratégias

com o coletivo de atuação direta ou indireta na política educacional do município, entendendo as particularidades de cada escola e, considerando, os vários agentes participantes neste processo e, não somente pais, alunos e equipe. Para isso, é necessária uma concepção mais ampla de educação, aquela que não separa social e pedagógico, mas os consideram como facetas de um mesmo processo para a formação do ser humano.” (Viviane Cerqueira – Assistente Social do Serviço Social Escolar)

A citação da assistente social acima retrata a importância da atuação do social em parceria com o pedagógico, pois historicamente, ao iniciarmos em creches, instituiu-se um certo jogo de poder delegado antes a Assistentes Sociais que com a passagem das creches da Assistência para a Educação se regulariza através da clareza das atribuições expressas na LDB. Atualmente a Secretaria Municipal da Educação conta com 81 Unidades Escolares administradas por Diretoras Pedagogas concursadas, que possuem em seu quadro Vice-Diretoras Pedagogas e Professoras Coordenadoras, que trabalham juntamente com o Serviço Social na Educação Infantil em sua grande maioria e a partir de 2000 vem sendo solicitado maciçamente a atuar também no Ensino Fundamental. A atuação do Serviço Social em escolas de Ensino Fundamental é requerida pelo Diretor de Escola ao Secretário Municipal da Educação que encaminha a solicitação à Coordenação do Setor de Serviço Social Escolar. Conforme a necessidade do contexto inserido a Coordenação do Serviço Social solicita a ampliação do quadro de Assistentes Sociais para atenderem a demanda. Ressaltamos que as Unidades Escolares de Ensino Fundamental que não possuem em seu quadro um Assistente Social, buscam o Plantão Social na Secretaria Municipal da Educação sede do setor do Serviço Social Escolar para atendimentos emergenciais.

Os principais processos do setor do Serviço Social Escolar foram reavaliados e implementados nas unidades escolares, lembrando sempre de respeitar suas particularidades, fazendo valer as habilidades,

competências e atribuições do Serviço Social. O planejamento social devidamente fundamentado na literatura do Serviço Social vem contribuindo para o enfrentamento e a superação dos desafios postos pela sociedade capitalista, facilitando o foco, a intervenção social e mantendo a coerência com o projeto ético-político da profissão.

As conquistas obtidas nesta experiência registram o que segue:

- Aumento substancial do efetivo de profissionais, contando atualmente com 37 Assistentes Sociais concursadas na Secretaria da Educação e lotadas nas unidades escolares municipais;
- Atendimento social direto em 40 unidades escolares;
- Desenvolvimento do Projeto Promoção da Saúde contemplando 100% das unidades escolares municipais;
- Plantão Social na Secretaria Municipal da Educação para atender às unidades escolares que não possuem o profissional de Serviço Social;
- Representação da equipe do Serviço Social Escolar em 5 Conselhos de Direitos municipais;
- 03 Assistentes Sociais da equipe com titulação de Mestre e 15 com a titulação de Especialista.
- Participação em movimento sindical culminando na alteração da referência salarial no Plano de Carreira municipal;
- Trabalho efetivo em territórios fomentando a formação da rede sócio assistencial municipal e
- Atuação na formação em serviço de funcionários da rede municipal da educação.

Os desafios elencados ao longo da trajetória e a partir da análise crítica da equipe engajada remetem as seguintes questões:

- Inserção legal do Serviço Social na área da Educação com recursos da política pública da Educação;
- Sistematização da prática;

- Compreensão da dimensão educativa da profissão e função social na área da educação; (articulação político/ institucional);
- Conciliação das dimensões do trabalho: prático, político e filosófico;
- Contingente social de reserva; precarização da formação profissional e questão salarial;
- Armadilhas ideológicas (senso comum – concepções equivocadas da atuação).

Questões para registro e reflexão:

Há a prática do Serviço Social na Educação em seu município?

Como se dá a inserção do Serviço Social na Educação em seu município?

Há vontade política para a existência do Serviço Social na Educação?

Qual o salário do Assistente Social em seu município e de onde vem o recurso?

Liste as experiências positivas vivenciadas na sua realidade.

Teça com breves palavras as dificuldades encontradas na inserção do Serviço Social na Educação em sua realidade.

Relatório da Oficina Temática - Eixo 5

A proposta para realização do debate foi colocada pela mediadora da oficina, tendo como referência um texto provocativo, apresentando a experiência bem sucedida de implantação do serviço social escolar, em Limeira/SP. Experiência na qual, a mediadora teve participação desde o processo de implantação, sendo atualmente a coordenadora do referido setor no município. O grupo foi informado pela relatora sobre a importância do registro do debate, a partir do qual se construirá um novo documento para referências e futuras discussões em torno do assunto.

Com a apresentação dos integrantes da oficina, constatou-se a presença de 09 estudantes de Serviço Social, 06 assistentes sociais trabalhando na área da educação, 04 assistentes sociais de outras áreas de atuação e 01 fonoaudióloga.

Durante a leitura do texto, a mediadora abriu para reflexão de pontos já requisitados ao debate, onde ocorreu uma calorosa participação dos integrantes da sala, relatando também suas experiências ou manifestando suas considerações. Após a leitura do texto, foi eleita uma integrante do grupo para apresentação das considerações em plenária. A mediadora colocou algumas perguntas pertinentes ao tema, já num enfoque mais ampliado do mesmo. As perguntas constituíam-se em questionamentos a respeito da atuação e inserção dos assistentes sociais na área da educação em seus municípios, a disposição política com relação à inserção dos mesmos na educação, a média salarial dos profissionais que compunham a sala e, as conquistas, desafios e dificuldades vividas por eles.

Uma reflexão, abordada durante a leitura do texto, diz respeito à questão da proporcionalidade entre número de habitantes e assistentes sociais, atuando na área da educação, fazendo um comparativo entre Limeira e outras cidades com representatividade na sala, onde é possível perceber o avanço obtido pelos profissionais de Limeira na referida área de atuação:

A proposta para realização do debate foi colocada pela mediadora da oficina, tendo como referência um texto provocativo, apresentando a experiência bem sucedida de implantação do serviço social escolar, em Limeira/SP. Experiência na qual, a mediadora teve participação desde o processo de implantação, sendo atualmente a coordenadora do referido setor no município. O grupo foi informado pela relatora sobre a importância do registro do debate, a partir do qual se construirá um novo documento para referências e futuras discussões em torno do assunto.

Com a apresentação dos integrantes da oficina, constatou-se a presença de 09 estudantes de Serviço Social, 06 assistentes sociais

trabalhando na área da educação, 04 assistentes sociais de outras áreas de atuação e 01 fonoaudióloga.

Durante a leitura do texto, a mediadora abriu para reflexão de pontos já requisitados ao debate, onde ocorreu uma calorosa participação dos integrantes da sala, relatando também suas experiências ou manifestando suas considerações. Após a leitura do texto, foi eleita uma integrante do grupo para apresentação das considerações em plenária. A mediadora colocou algumas perguntas pertinentes ao tema, já num enfoque mais ampliado do mesmo. As perguntas constituíam-se em questionamentos a respeito da atuação e inserção dos assistentes sociais na área da educação em seus municípios, a disposição política com relação à inserção dos mesmos na educação, a média salarial dos profissionais que compunham a sala e, as conquistas, desafios e dificuldades vividas por eles.

Uma reflexão, abordada durante a leitura do texto, diz respeito à questão da proporcionalidade entre número de habitantes e assistentes sociais, atuando na área da educação, fazendo um comparativo entre Limeira e outras cidades com representatividade na sala, onde é possível perceber o avanço obtido pelos profissionais de Limeira na referida área de atuação:

Cidade	Número de Habitantes (Censo 2010) ²⁹	Assistentes Sociais atuando na área da Educação	Meio de contratação
Limeira	276.022	42	Concurso Público
Presidente Prudente	207.610	06	Concurso Público
Taboão da Serra	244.528	05*	São concursados na assistência e emprestados à área da educação
Cubatão	118.720	01	Concurso Público

²⁹ Na oficina os dados referentes a população foram passados por aproximação, sendo buscados posteriormente pela relatora dados oficiais do IBGE, com os valores citados neste documento, pelo site: www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php

Piracicaba	364.571	Não há profissionais atuando na área**	
Ribeirão Preto	604.682	Não há profissionais atuando na área**	
São Paulo - Capital	11.253.503	Não há profissionais atuando na área**	

*A informação dada na oficina era de que os assistentes sociais atuavam como plantonistas na área da educação, porém na apresentação em plenária, uma participante afirmou a atuação de 05 assistentes sociais na área.

**Essas informações foram dadas por profissionais ou estudantes dos referidos municípios, que se encontravam na sala.

Os participantes observaram que Limeira e Presidente Prudente tem um número de habitantes inferior a cidades como Piracicaba, Ribeirão Preto e a Capital, porém em Limeira há um número expressivo de assistentes sociais atuando na educação, sendo que com relação a outro campo de atuação como a saúde, o município conta com 06 profissionais. Já Presidente Prudente possui 43 assistentes sociais na prefeitura, sendo apenas 06 atuando na educação, portanto, 37 pertencentes a outras áreas. O que comprova o sucesso da experiência de Limeira.

Dentre as particularidades consideradas está a origem dos recursos para manutenção do quadro de profissionais. Em Limeira, os assistentes sociais são pagos com recursos destinados a educação, porém há necessidade que anualmente, os profissionais faça um relatório justificando sua atuação na área. Em Presidente Prudente desde 2006, os assistentes sociais compõem o Setor de Ações Complementares à Educação, juntamente com outros profissionais, numa equipe Multidisciplinar da Secretaria da Educação, portanto são funcionários da mesma. O representante de Cubatão não informou a origem do recurso para pagamento do salário.

Em São Bernardo do Campo, embora sem representatividade na sala, foi citada por trazer uma referência positiva, onde os assistentes sociais, que atuam na área, estão amparados por legislação municipal que abrange profissionais de apoio técnico, pelo Estatuto do Magistério.

Pode se observar através do relato das experiências, que tanto em Limeira como Presidente Prudente³⁰, as ações no sentido da inserção dos assistentes sociais na área da Educação se deram com as mudanças trazidas em prol da regulamentação da LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996), buscando adequar as creches à política de educação, antes pertencentes à política de assistência social. Em Limeira constata-se através do documento lido, que os assistentes sociais foram requisitados pelos profissionais da educação em razão de demandas sociais que surgiram na escola.

Questionados sobre a vontade política pela inserção do Serviço Social na Educação, houve unanimidade nas respostas de que a mesma é muito fraca, quase inexistente.

Ao citar a questão do piso salarial, colocou-se o valor médio dos salários iniciais dos municípios, com representatividade na sala, com uma estimativa entre R\$2.000,00 a R\$3.000,00 por mês. Lembrando a precarização do serviço pela terceirização, pois as prefeituras estão contratando o profissional sem vínculo empregatício, como cooperado e mudando a nomenclatura profissional para *agente de desenvolvimento social*, *agente social*, *técnico social*. Esses profissionais têm vencimentos na faixa de R\$ 1.200,00 por mês, segundo alguns integrantes da sala.

O grupo considerou como conquistas profissionais as experiências de Limeira e Presidente Prudente, o Estatuto do Magistério de São Bernardo do Campo, e este encontro, como marco histórico no debate do Serviço Social na Educação.

Os desafios percebidos pelo grupo foram a sistematização da prática, abordando a necessidade dos assistentes sociais, que já atuam nessa área, socializarem suas experiências, divulgando informações no sentido da

³⁰ A experiência de Presidente Prudente é detalhada em texto anexo, que foi distribuído aos participantes da oficina e pode ser consultada pelos sites: www.servicosocialeducacao.blogspot.com e www.prudentenamobilizacaoapelaeducacao.blogspot.com

consolidação dessa atuação profissional; a inserção do profissional no quadro de funcionários da educação, sendo mantidos com recursos advindos da mesma e a luta pelo acesso e permanência das classes socioeconômicas vulneráveis na escola.

Em âmbito educacional as dificuldades encontradas estão na concepção equivocada do trabalho do assistente social pelos profissionais do magistério e a resistência dos mesmos com relação à presença daqueles na escola; o remanejamento de profissionais da assistência para educação, sem a garantia da inserção da prática. Com maior abrangência, ocorrendo em outras instâncias profissionais, foram citadas dificuldades como a contratação de profissionais por período determinado, em detrimento de profissionais concursados; a contratação de estagiários no lugar de profissionais, em razão da precarização do subsídio de bolsas, que corresponde um valor bem abaixo do salário de um profissional formado e a inexistência de um piso salarial.

Foi observado pelos participantes as situações preocupantes vivenciada no Brasil, no que tange ao fechamento de escolas do MST. Citam informações disponível no site na Associação dos Amigos da Escola Florestan Fernandes sobre o fechamento de 24 mil escolas rurais entre 2002 a 2009. Vale consultar: <http://amigosenf.org.br/site/> e http://falavalmir.com.br/init/default/ver_post/483.

O debate foi encerrado, com a certeza de que há necessidade de outros debates como este, para socialização de experiências.

10. Considerações finais

Após o termino dos eixos temáticos, foi realizado avaliação dos conteúdos levantados no decorre do debate e avaliação geral do encontro, a saber: necessidade de elaborar material (brochura) com caráter qualitativo; de modo geral, a participação dos Assistentes Sociais foi muito boa; atividade

positiva com a inserção e relação da academia e profissionais que atuam nos diversos espaços sócio-ocupacionais; a mesa principal foi de acordo com a expectativa; agradecimento ao Prof^o Sanfelice pelo respeito com o Serviço Social e a brilhante contribuição; realizar o II Encontro Estadual de Serviço Social na Educação, agregando mais contribuições de profissionais da educação, pedagogos e educadores de modo geral, bem como garantir espaços para apresentações de trabalhos com as diversas experiências profissionais; maior tempo para oficinas para ampliar o espaço de socialização entre os profissionais; a dinâmica do encontro foi acertada; a expectativa dos assistente sociais, muitas vezes caminham para obter respostas prontas, pautadas na razão instrumental – devemos enfatizar a necessidade de mediação e não de respostas pragmáticas nos debates sobre a temática.

Vale citar, ainda, as considerações do palestrante Carlos Felipe Moreira encaminhadas a comissão organizadora: percebe-se uma preocupação da categoria em contextualizar os condicionantes concretos que formatam o trabalho do Assistente Social: falta de verba, falta da rede socioassistencial, falta de materiais (transporte), de “compreensão adequada” de nossa profissão. Porém, isso precisa ser analisado como parte constitutiva do trabalho, e não algo externo, estranho e que só se conseguirá realizar um “bom” trabalho quando isso for corrigido; Nota-se um esforço em articular nosso trabalho em curso com as diretrizes do nosso projeto ético-político profissional. Mesmo esforço é notado em tentar balizar nosso trabalho com o acúmulo teórico de intelectuais progressistas, críticos, boa parte deles marxistas.(eixo 1); Percebe-se o compromisso em garantir a participação efetiva da população usuária (dar vez e voz) em espaços de discussão e decisório da instituição (e para fora dela em conselhos, movimentos sociais. (eixo 2); A necessidade de trabalho com os outros profissionais no sentido de debater com elas as formas tradicionais de se ver o mundo, buscando a ampliação dessas visões de mundo e, conseqüentemente, ampliando a

concepção de educação. Sinto, porém a necessidade de aprofundarmos algumas categorias teóricas, como “emancipação”, por exemplo; Precisamos conhecer cada vez mais as experiências já em curso, já melhor estruturadas para avançar naqueles locais que estão em patamares diferentes de desenvolvimento, incentivando a sistematização dessas experiências; Por fim, destaca o que já foi sinalizado: essas discussões urgem continuar, e o GT de educação do CRESS/SP tem uma responsabilidade enorme nesta tarefa. Boa sorte e contem com o GT Nacional e com a Comissão de Educação do CRESS/RJ, neste desafio: tal como compreender a educação em uma perspectiva emancipadora mesmo atuando em instituições alienadoras; Mudanças na prestação de serviços educacionais (escola mães atrativa, interessante, respeitosa, menos fechada) foram colocadas como formas de garantir efetivamente acesso, qualidade, sucesso etc.

Por fim, não podemos deixar de registrar a cartilha³¹ distribuída durante o evento, enquanto contribuição ao debate, pelo vereador Jamil Murad (São Paulo/SP), contendo o debate público realizado na Câmara Municipal de São Paulo³² sobre o PL 280/09 que “dispõe sobre o serviço social e psicológico nas escolas da rede municipal de ensino”, reunindo artigos de profissionais do Serviço Social e Psicologia referente ao debate

³¹ Segue cópia da cartilha “PL 280/09: Participação da Psicologia e do Serviço Social nas escolas para uma educação mais humana” – versão impressa.

³² O debate foi realizado dia 09/06/2011, no auditório Prestes Maia, na Câmara Municipal de São Paulo. Além do vereador, o Conselho Regional de Psicologia, a União Paulista dos Estudantes Secundaristas (Upes), o Sindicato dos Psicólogos e o Conselho Regional de Serviço Social, entre outras entidades, promoveram a atividade.

ANEXOS

ANEXOS 1

FICHA DE INSCRIÇÃO

DADOS PESSOAIS

Nome:

Nº CRESS

Telefone:

Email:

Cidade:

Local de trabalho:

ESCOLHA APENAS UMA CATEGORIA DE INSCRIÇÃO:

() Assistente Social que atua na área da educação. Qual município/entidade?

() Assistente Social que atua outras áreas. Qual área?

() Representante de grupo de pesquisa. Qual o nome do grupo/universidade?

() Estudante de graduação/Serviço Social. Qual universidade?

() Autoridades, entidades, organizações ou movimentos sociais. Qual?

*A confirmação da inscrição será via email. Serão destinadas 10% de vagas para estudantes de graduação, 80% para assistentes sociais e 10% para movimentos, entidades, autoridades, dentre outros.

**Não deixem de preencher e enviar todas as informações solicitadas w

ANEXO II – OF. CIRC. Nº 006/2012

**OF. CIRC. Nº 006/2012
de 2012.**

São Paulo, 24 de janeiro

Prezada Direção,

Em cumprimento a deliberação nº 4, do Eixo da Seguridade Social, do 40º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, bem como orientação do CFESS, no que diz respeito à necessidade de obtermos informações que servirão como subsídio para elaboração de documento nacional a ser aprovado no 41º Encontro Nacional do conjunto CFESS/CRESS 2012, que será a diretriz para o Serviço Social na Educação, solicitamos que as Seccionais encaminhem, com a maior brevidade possível, às Câmaras dos Municípios de sua jurisdição, bem como às Unidades de Ensino de Serviço Social da região, os ofícios e formulários (modelos em anexo) visando levantar informações sobre PL's (Projetos de Lei) em andamento (nas Câmaras) e núcleos/grupos de pesquisa e publicações (nas Faculdades) sobre o tema "Serviço Social na Educação"

Tais informações deverão ser encaminhadas ao CRESS/SP sistematizadas pela Seccional em formulário próprio (anexo), até 07/02/2012, ao e-mail secretaria@cress-sp.org.br.

No caso das universidades, por favor enviar à sede em documento unificado indicando: Nome da universidade; coordenador ou responsável pelo núcleo/grupo de pesquisa; relação de TCC, artigos, teses, dentre outras publicações e o respectivo pesquisador.

Além das informações coletadas junto às Câmaras e Faculdades, solicitamos que a Seccional nos envie informações que acumularam a respeito do tema através dos núcleos, debates, sistematizações, acompanhamento político de PLs, etc.

Sendo o que se apresenta para o momento colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

TIAGO BARBOSA DOS SANTOS
DIREÇÃO – CRESS/SP.

ÀS
SECCIONAIS
AT. DIREÇÃO

ANEXO III – OF. CIRC. Nº 004/2012

**OF. CIRC. Nº 006/2012
de 2012.**

São Paulo, 24 de janeiro

POF. CIRC. Nº 004/2012

São Paulo, 24 de janeiro de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A fim de elaboração de documento nacional a ser aprovado no 41º Encontro Nacional do conjunto CFESS/CRESS 2012 (Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social), que servirá como diretriz para o Serviço Social na Educação, solicitamos nos informar sobre a existência de iniciativas (Projetos de Lei) sobre a inclusão de Assistentes Sociais na Educação em andamento nesse município.

Em caso positivo, solicitamos ainda a cópia do referido projeto de lei, bem como o número e data respectivo.

Tal pesquisa está sendo efetuada por todos os estados brasileiros, serão sistematizadas e encaminhadas ao Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, para elaboração de documento único.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradecemos antecipadamente e solicitamos a gentileza de nos encaminhar a informação até 07/02/2012, através do formulário em anexo, via e-mail secretaria@cress-sp.org.br ou postal Rua Conselheiro Nébias, 1022 – Campos Elíseos – São Paulo/SP – Cep: 01203-002

Atenciosamente,

TIAGO BARBOSA DOS SANTOS
DIREÇÃO – CRESS/SP.

AO
EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO IV – OF. CIRC. Nº 005/2012

**OF. CIRC. Nº 005/2012
de 2012.**

São Paulo, 24 de janeiro

Ilustríssimo senhor/a coordenador/a,

A fim de elaboração de documento nacional a ser aprovado no 41º Encontro Nacional do conjunto CFESS/CRESS 2012 (Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social), que servirá como diretriz para o Serviço Social na Educação, solicitamos nos informar sobre a existência, nessa instituição de ensino, de núcleos/grupos de pesquisa sobre o tema “Serviço Social na Educação” e produções científicas a respeito.

Tal pesquisa está sendo efetuada por todos os estados brasileiros, serão sistematizadas e encaminhadas ao Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, para elaboração de documento único.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradecemos antecipadamente e solicitamos a gentileza de nos encaminhar a informação até 07/02/2012, através do formulário em anexo, via e-mail secretaria@cress-sp.org.br ou postal Rua Conselheiro Nébias, 1022 – Campos Elíseos – São Paulo/SP – CEP: 01203-002.

Atenciosamente,

TIAGO BARBOSA DOS SANTOS
DIREÇÃO – CRESS/SP.

ÀS
UNIDADES DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
AT. COORDENADOR DO CURSO

**ANEXO IV - QUADRO DE LEGISLAÇÕES ESTADUAIS / MUNICIPAIS SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO
CRESS 9ª região – São Paulo**

REGIÃO	PROJETO DE LEI / LEI	CONCEPÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO	EXPERIÊNCIAS EM VIGOR	ESTADOS / MUNICÍPIOS SEM INICIATIVA DE LEGISLAÇÃO NO MOMENTO	ESTADOS/ MUNICÍPIOS COM PROJETOS EM TRAMITAÇÃO	LEGISLAÇÃO APROVADA E EFETIVADA	ESTADOS COM LEGISLAÇÃO ARQUIVADA	ESTADOS/ MUNICÍPIOS COM LEGISLAÇÃO NÃO EFETIVADA
ESTADO	PL 441/07 - Dispõe sobre a realização de serviços de Psicologia e Assistência Social nas escolas públicas de educação básica				Último andamento: 23/11/2011 – Comissão de Constituição e Justiça e Redação Substitutivo nº 1 ao PL N° 441/07 SL N° 614/2011			
São Paulo capital	PL 418/07 - fixa em todas as unidades de ensino do município de São Paulo, a lotação de assistentes sociais, e dá outras providências PL 01-462/2008 - Dispõe sobre o atendimento por psicólogos e assistentes sociais a alunos das escolas de ensino fundamental e médio do Município de São Paulo. PL 280/09 - *dispõe sobre o serviço social e psicológico nas escolas da rede municipal de ensino*							1) APROVADO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO - SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 184, LEGISLATURA 14 EM 05/12/2007 2) REJEITADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO - SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 53, LEGISLATURA 15 EM 23/09/2009 Encerrado: 25/09/2009, Motivo: REJEITADO Encerrado: 05/01/2009, Motivo: TERMINO DE LEGISLATURA Aprovado pela câmara municipal e vetado pelo executivo – Atualmente há movimentos pela derrubada do veto. O Cress/SP, CRP/SP e movimento sociais estão articulando audiência pública para o dia 09/05/2012 convocando o executivo.

CAMARA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO					X					
CAMARA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS				Não há projetos. No entanto, a lei complementar 141/09 contempla, no quadro de pessoal, 7 assistentes sociais						
CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO				Não há projetos. No entanto, a secretaria de educação conta com diversos profissionais de serviço social.						
CAMARA MUNICIPAL DE CORUMBATAI					X					
CAMARA MUNICIPAL DE RINOPOLIS					X					
CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE					X					
CAMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA					X					
CAMARA MUNICIPAL DE ASSIS					X					

CAMARA MUNICIPAL DE POMPEIA											
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERCULANDIA				X	Não há projetos. Consta que o município mantém assistentes sociais junto as creches municipais						
CAMARA MUNICIPAL DE MARILIA				X							
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE PRES.PRUDENTE					6524/06 - EXPERIENCIA EM VIGOR						
CAMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU				X							
CAMARA MUNICIPAL DE CAJURU				X							
CAMARA MUNICIPAL DE OUELUZ				X							
CAMARA MUNICIPAL DE ILHABELA				X							

CAMARA MUNICIPAL DE LAVRINHAS					X					
CAMARA MUNICIPAL DE OUATÁ				a secretaria de educação já dispõe de 02 assistentes sociais						
CAMARA MUNICIPAL DE LUTECIA					X					
CAMARA MUNICIPAL GARÇA				Existência de 3 profissionais no centro de referencia em educação - não existe lei que regulamenta						
CAMARA MUNICIPAL PAR. PAULISTA				sim - projetos de inclusão escolar, equipe multidisciplinar, existe 1 assistente social - não existe lei - necessidade de aprovação de lei para não descontinuidade do trabalho por questões políticas.						
CAMARA MUNICIPAL OURINHOS					X					
CAMARA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA					X					
CAMARA MUNICIPAL DE TIRUBA					X					

CAMARA MUNICIPAL DE JUNDIAI					X				
CAMARA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU					X				
CAMARA MUNICIPAL DE VALINHOS					X				
CAMARA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA					X				
CAMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO					X				
CAMARA MUNICIPAL DE MOMBUCA					X				
CAMARA MUNICIPAL DE PEDRO TOLEDO					X				
CAMARA MUNICIPAL DE MONGAGUA					X				
CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ					X				

CAMARA MUNICIPAL DE CAJURU					X					
CAMARA MUNICIPAL DE PEDREGULHOS					X					
CAMARA MUNICIPAL DE VISTA ALEGRE DO ALTO					X					
CAMARA MUNICIPAL DE PIRANGI					X					
CAMARA MUNICIPAL DE NOVA EUROPA					X					
CAMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNINGA					X					
CAMARA MUNICIPAL DE RINCÃO					X					
CAMARA MUNICIPAL DE TAMBAÚ					X					

cress-sp conselho regional de
serviço social de
são paulo
9ª região



Rua Conselheiro Nébias, 1022, Campos Elíseos
Cep: 01203-002 – São Paulo/SP

Tel: (11) 3351-7500
www.cress-sp.org.br